

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Asfalto e Clorofila

Ameaça e Ação Coletiva no caso do movimento cívico Plataforma do Choupal

Mário Miguel Vieira Montez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:  
Professor Doutor Alcides A. Monteiro, Professor Auxiliar,  
Universidade da Beira Interior

Outubro, 2011

Asfalto e Clorofila – Ameaça e ação coletiva no caso do movimento cívico Plataforma do Choupal Outubro, 2011

Asfalto e Clorofila  
Ameaça e ação coletiva no caso do movimento cívico Plataforma do Choupal

Outubro  
2011

Aos meus avós,  
em memória dos passeios, aprendizagens e amizade,  
sob a sombra dos pinheiros.



## **Agradecimentos**

No percurso de um caminho desafiador não basta a vontade do caminhante. É preciso quem, por vezes, caminhe ao nosso lado e que na beleza da paisagem nos desvende o alento de continuar, e alcançar a meta. Como noutros percursos de desenvolvimento, o «novo» é fruto do ato, e do suporte de um conjunto de sujeitos, e do seu agir numa «ação coletiva». A todos e todas que estiveram aqui e ali, partilhando este percurso, um agradecimento muito especial.

Aos docentes do curso de mestrado, pelos saberes, pela disponibilidade e motivação. Em especial, ao Professor Doutor Roque Amaro, pelo distinto humanismo, pelas aprendizagens práticas... e pela diferença.

Ao meu orientador, Professor Doutor Alcides A. Monteiro, pela disponibilidade e boa disposição na discussão das ideias, e por acompanhar este projeto ao longo do tempo.

À Plataforma do Choupal, pela sua ação em defesa da mata do Choupal, e pela disponibilidade das pessoas entrevistadas. Em especial ao Lóis e ao Miguel Dias, pelo empenhamento na luta por uma cidade de Coimbra para «viver».

À Joana e ao Marcos, pelo tempo, e tempos, em volta de oralidades e palavras.

À Turma “Dedi”, meus e minhas camaradas de percurso; por isso mesmo, e pelas centenas de e-mails trocados, discussões de ideias, descobertas, encorajamentos, questionamentos, ceticismos, empolgamentos, inconformismos, e *divertismos* envoltos em boas práticas de desenvolvimento (gastronómico). Em especial à Rute, Nuno, Fernando KVB, Hugo, Paulo e David.

À Alda, Catarina e Teresa, colegas, companheiras e amigas, pelos “mimos” e ouvidos, no decurso deste trajeto.

À Eunice, por muito. E por percorrer ao meu lado esta caminhada; pelo ânimo, o incondicional apoio, as sugestões, os deliciosos petiscos e animadas tertúlias quando as horas já mereciam o sono.

Aos meus pais, pelas sabedorias; por educarem os filhos sem receio da descoberta, do confronto de ideias e de reivindicar razões diferentes. Por apoiarem, sempre.

Muito agradecido!



## Resumo

A análise de um caso de ação coletiva, protagonizada pelo movimento cívico Plataforma do Choupal, leva ao entendimento de um fenómeno decisivo, quer para o desencadear, quer para a desmobilização da ação coletiva – a «ameaça». Para além do interesse em agir em conjunto, numa orientação «racional», os sujeitos agem, essencialmente perante a ameaça aos seus bens ou condições, porque esta comporta riscos e perigos. Assim, quanto mais forte é a ameaça, mais mobilização consegue a ação coletiva. Quanto mais se afasta a ameaça, mais fácil é a desmobilização. Ao contrário do «interesse», a ameaça é identificada de forma comum. Esta abordagem conduz à existência de uma emocionalidade, a par com a racionalidade da ação coletiva.

A compreensão desta fórmula, e de outros fenómenos, permite a profissionais da animação sociocultural trabalhar junto de movimentos cívicos de forma a que a ação coletiva não seja pontual mas sim contínua, produtora de mudança social e de novas formas de exercício da democracia.

Palavras chave: Ação coletiva; Ameaça; Animação sociocultural; Desenvolvimento; Risco.

## Abstract

The analysis of a case of collective action performed by a civic movement in Coimbra, Portugal, leads to an understanding of critical phenomena with an important relationship within the field of collective action – the «Threat». Besides of acting according to the «rational» condition, the individuals act, first, move by their perception of a «threat» against their goods and their *status* because the «threat» involves risks and dangers. Thus, the stronger the threat, the stronger is the mobilization for collective action. In the other side, the farther away the threat is, the easier it is demobilization. This approach leads to the existence of an emotionality condition, along with the «rationality» of collective action.

The understanding of this formula allows professionals of social-cultural animation and of community development to work with civic movements, so that collective action is not an occasional action but a continuous one, producing social change and new forms of exercise of democracy.

Key-words: Collective action; Development; Risk; Social-cultural animation; Threat;





## Índice

### ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
<b>1. BASES TEÓRICAS DE REFERÊNCIA</b>	<b>5</b>
<b>1.1. AÇÃO COLETIVA</b>	<b>5</b>
1.1.1 Um conceito difícil	6
1.1.2 Interesse e «racionalidade»	6
1.1.1 Capacidade de «ação» e exclusão social	8
1.1.2 Bens públicos	9
1.1.3 Do «sujeito» produtor da sociedade aos movimentos sociais	9
<b>1.2 RISCO</b>	<b>10</b>
<b>1.3 PROBLEMÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>13</b>
1.3.1 Desenvolvimento e crescimento económico	13
1.3.2 Novos paradigmas e desafios do desenvolvimento	16
<b>2 O PROBLEMA NA CASO DA PLATAFORMA DO CHOUPAL: INTERESSES EM CONFLITO</b>	<b>23</b>
<b>2.1 ELEMENTOS DA PROBLEMÁTICA</b>	<b>23</b>
<b>2.2 O PROBLEMA</b>	<b>28</b>
2.2.1 Dimensões de risco	30
<b>2.3. QUESTÕES ORIENTADORAS</b>	<b>35</b>

<b>3</b>	<b>Análise de Caso</b>	<b>37</b>
<b>3.1</b>	<b>OPÇÕES METODOLÓGICAS</b>	<b>37</b>
<b>3.2</b>	<b>A AÇÃO DO MOVIMENTO CÍVICO PLATAFORMA DO CHOUPAL, NO TEMPO E NO ESPAÇO</b>	<b>38</b>
<b>3.2.1.</b>	<b>Da génese à desmobilização</b>	<b>38</b>
<b>3.2.2.</b>	<b>Participação: os imperativos de democracia, estrutura e liderança</b>	<b>47</b>
<b>3.2.3.</b>	<b>Salvem El Cabanyal: um caso de ação coletiva com sucesso</b>	<b>51</b>
<b>4.</b>	<b>HIPÓTESES E PROPOSTAS</b>	<b>53</b>
<b>4.1.</b>	<b>A proposta metodológica centrada na animação sociocultural</b>	<b>56</b>
	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>61</b>
	Bibliografia	65
	Anexos	
	<b>Índice de Quadros</b>	
	Quadro 2.1.: Compreensão dos elementos da problemática.	28
	Quadro 3.1.: Atividades pontuais realizadas no âmbito da ação da Plataforma do Choupal	41
	Quadro 3.2.: Atividades de frequência realizadas no âmbito da ação da Plataforma do Choupal.	42
	<b>Índice de Figuras</b>	
	Figura 2.1.: IC2.	24
	Figura 2.2.: Mata Nacional do Choupal	26
	Figura 2.3.: Choupal	27
	Figura 2.4: «Árvore de problemas» relativa	33
	Figura 3.1.: Autocolante da campanha	40
	Figura 3.2.: Gráfico de compreensão da tipologia «militante»	50

## **Glossário de Siglas**

ASC – Animação Sociocultural

BE – Bloco de Esquerda

CDU – Coligação Democrática Unitária

CDS-PP – Centro Democrático Social-Partido Popular

CM Coimbra – Câmara Municipal de Coimbra

DIA – Declaração de Impacto Ambiental

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EP – Estradas de Portugal

ESECTV – Canal de televisão da Escola Superior de Educação de Coimbra

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

IC2 – Itinerário Complementar n.º 2 (via rodoviária)

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Partido Comunista

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

RTP – Rádio Televisão Portuguesa (Canal de televisão público)

SIC – Sociedade Independente de Comunicação (Canal de televisão privado)

TVI – Televisão Independente (Canal de televisão privado)



*You look so tired and unhappy  
Bring down the government  
They don't, they don't speak for us  
I'll take a quiet life  
A handshake of carbon monoxide  
No alarms and no surprises  
No alarms and no surprises  
No alarms and no surprises  
Silent, silent*

Radiohead



## INTRODUÇÃO

São as pessoas quem constitui as sociedades, que utilizam os espaços públicos e elegem os seus representantes políticos, esperando vir a ser representadas por eles. Contudo os cidadãos sentem que as decisões políticas assentam numa lógica que responde mais a interesses privados do que em deixar um legado sustentável para o futuro de cada comunidade. No campo do planeamento territorial jogam-se conveniências a troco de algumas compensações no espaço público, quando deveria o planeamento corresponder diretamente às necessidades das populações de agora e do porvir.

Em especial nos centros urbanos, nos últimos trinta anos tem-se assistido ao sacrificar do espaço público, enquanto bem comum, conduzindo à falta de espaços de promoção da qualidade de vida, quando a expectativa social sobre a existência destes espaços é maior, movida por referenciais de desenvolvimento sustentável. Surge, então, da parte dos cidadãos, a expectativa de uma participação cidadã na resolução de problemas e na tomada de decisões que lhes dizem respeito. Como refere Isabel Carvalho Guerra:

Actualmente, os cidadãos já não admitem que os processos de planeamento e de gestão urbanística sejam elaborados por um grupo de decisores e técnicos em ambiente de obscurantismo e discricionariedade dificilmente admissíveis em sociedades democráticas.  
(Guerra, 2000: 38).

Contudo, a não participação dos cidadãos, ou a participação associada à manipulação política e ao «*marketing político*», exclui a possibilidade de os cidadãos e cidadãs serem responsáveis pelos bens públicos que usufruem. Esta situação traz inconvenientes para ambas as partes.

Mas o que fazem os cidadãos para contrariar esta realidade insistente, à qual as conjunturas económicas e políticas têm vindo a atribuir mais força, ao contrário do esperado pelos apologistas dos processos participativos? Uma possível resposta é o objeto central deste trabalho: Os cidadãos (as pessoas, os sujeitos) agem, em conjunto, em reação ao que sentem ser uma ameaça aos seus bens. Está-se, assim, perante os fundamentos do fenómeno denominado «ação coletiva».

“They don’t think for us”, canta, num verso, a banda de *rock* alternativo inglesa, Radiohead. Materializam artisticamente o seu sentimento relativo aos governantes e às decisões que tornam tristes e cansadas as pessoas, levando-as a desejar somente uma “quiet life”, e abandonar-se num simbólico «aperto de mão», conformado, ao monóxido de carbono. “No alarms and no surprises, silent”, cantam no refrão, como se expressando o que sentem as tais pessoas tristes e cansadas, receosas de que algo pior lhes possa vir a acontecer, desejando, que nada aconteça efectivamente. E por isso rematam, “no alarms and no surprises, please”.

Evocar a classe governante como uma terceira pessoa – “they” – é conferir uma condição alienada aos representantes de um conjunto de «cidadãos semelhantes» por, ao contrário do esperado, não representarem condignamente quem neles delega essa responsabilidade. Esta condição alienada surge, em grande parte, das razões invocadas acima relativas à falta de transparência na tomada de decisão políticas. Observa-se, então, um sentimento de afastamento entre a vontade dos cidadãos e as medidas políticas aplicadas. Gera-se, daqui, um sentimento de «ameaça» em relação à classe governante, pelos grupos que a elegeram. Tal como qualquer fenómeno alienado a um grupo, este causará desconforto, perturbação e reação.

O não conformismo perante esta realidade leva os cidadãos e cidadãs à procura de novas formas de garantir que os bens públicos, comuns, se mantenham disponíveis para o usufruto das populações, no presente e no futuro. A ação coletiva nasce, precisamente, da congregação destes sujeitos, a nível individual ou institucional, e da sua atuação conjunta na defesa do usufruto de um bem público, na reivindicação de direitos ou na procura de novas condições. A ação coletiva existe, no campo da sociologia, ao lado da participação e dos movimentos sociais, apresentando-se como tipologias e etapas de um diferente exercício da democracia.

O fim último da ação coletiva é alcançado quando da sua ação resulta mudança social. Tanto o papel dos sujeitos implicados, como o da ação em si, contribuem fortemente para a produção social e para a construção da história da humanidade.

No entanto, nem todas as ações coletivas avistam este fim último, porque nem todas se mantêm no tempo. Quer isto dizer que, se por um lado a ação coletiva surge pelo interesse e utilidade que revela a cada um dos seus membros (Monteiro, 2004a: 119), por outro, outros fatores influem na sua desmobilização, conseqüente desativação e posterior extinção.

O interesse do estudo realizado centrou-se precisamente nesta problemática. Ao pesquisar, descobrir e compreender outros fenómenos que influam na ação coletiva, levanta-se a hipótese apresentada nesta dissertação: a influência da ameaça no sucesso da ação coletiva.

Explora-se a hipótese no sentido em que esta se relaciona, por um lado, com a capacidade que o grupo tem em identificar a ameaça, comum e concretamente e, por outro lado, com a proximidade do risco que essa ameaça comporta.

O estudo teve como base empírica o movimento cívico Plataforma do Choupal, criado em 2008 na cidade de Coimbra – Portugal – por residentes da cidade posicionados contra a construção de um viaduto rodoviário – IC2<sup>1</sup> –, sobre a Mata Nacional do Choupal.

A proposta que se apresenta no final deste estudo é de que, perante a complexidade da ação coletiva e do intuito em não deixar desvanecer as suas energias, se torna necessário o contributo profissional, técnico, e militante, da «*performance*» da animação sociocultural, animada por profissionais desta metodologia social direcionada para a capacitação para o desenvolvimento de grupos e comunidades. Um retorno à dimensão militante e ativista da

---

<sup>1</sup> IC2 – itinerário complementar nº2. Via rodoviária de ligação entre Lisboa e Porto.



animação sociocultural, contexto da sua génese, no seio dos movimentos sociais da década de sessenta do século XX. Aproveitando as palavras de Marcelino Lopes e Américo Nunes Peres, dois autores de referência no panorama da animação em Portugal, poder-se-á afirmar que “no final de contas, velhas utopias, em novos contextos” (Peres, 2007: 13)

Nesta simbiose de animação da ação coletiva, encontrar-se-á, em parte, o garante da evolução da ação coletiva para movimento social, conduzindo à produção de mudança social, e da sua afirmação, enquanto grupo e ação, quer na história, quer no modo de se exercer, na prática, a democracia.

A fim de alcançar as metas esperadas de compreensão de tudo o que se enunciou acima, considera-se necessário o percorrer de um trajecto que atravesse a compreensão dos campos de reflexão teórica e empírica que suportam a hipótese. Apresentam-se, assim, num primeiro momento as bases teóricas de referência, que contemplam a exploração e a reflexão em torno da ação coletiva enquanto geradora de participação, de construção de movimentos sociais, e de mudança social; o «sujeito» e a produção social; a noção de risco, enquanto fator da ameaça; a problemática dos conceitos de desenvolvimento na sua relação com o caso.

Num segundo momento identifica-se o problema central e o conflito na génese da ação coletiva estudada; os elementos no centro do conflito;

Num terceiro momento apresentam-se as opções metodológicas da pesquisa no caso em estudo; a análise da ação coletiva promovida pela Plataforma do Choupal, no percurso génese – consolidação – desativação; reflexões sobre as suas práticas, dinâmicas e expectativas; a hipótese que norteia este estudo, centrada na influencia da ameaça sobre a ação coletiva; a proposta da animação sociocultural enquanto capacitadora da ação coletiva.

Por último, conclui-se em torno das questões que a pesquisa e apresentação do estudo deste caso levantaram, e sugere-se uma metáfora para consecução de um paradigma de desenvolvimento verdadeiramente integrado, inspiradora do título da presente dissertação.

Levantando um pouco o véu sobre esta metáfora, à laia de conclusão, considera-se que a ação coletiva comporta conflitos de interesses e de entendimentos acerca do conceito de desenvolvimento. Imagine-se um jogo de xadrez, em cujo tabuleiro as peças são pessoas verdadeiras e as casas onde assentam intercalam-se entre o negro do asfalto e o verde da clorofila, ou entre outras representações polarizadas de ameaça e bem-estar. O jogo da mudança social toma as pessoas na condição do que Alain Touraine designa por «sujeito», como protagonistas da ação e da animação dos territórios que pretendem preservar ou promover. Orientam a participação de novos sujeitos nas dinâmicas então instaladas e promovem a consciencialização de um problema complexo de natureza social, económica e política.

A ação estudada remete para um clássico conflito entre a natureza e o progresso; um ecossistema e a tecnologia. Mas não só. Apresenta-se, sobretudo, num conflito de paradigmas de desenvolvimento.



## 1. BASES TEÓRICAS DE REFERÊNCIA

A ação do movimento cívico Plataforma do Choupal inscreve-se num quadro de reflexão teórico que contempla, numa primeira abordagem, considerações em torno da «ação coletiva» (enquanto tipologia de ação e de processos de mudança social) e da «participação» no quadro de um sistema político que é a democracia. Numa segunda abordagem, conduz-se à compreensão das problemáticas do desenvolvimento e dos conceitos que comportam. Numa terceira abordagem, explora-se o conceito de «risco», explorando a sua relação com a «ameaça» no contexto da ação coletiva. Por fim, apresenta-se a metodologia da animação sociocultural levando à compreensão desta técnica social dotada de uma particular ideologia coadunada com as orientações fundamentais da ação coletiva e dos movimentos sociais.

### 1.1. AÇÃO COLETIVA

Compreender o conceito de ação coletiva leva, previamente, a uma incursão em torno da ideia de ação, que se procura explicar nos mais diversos campos científicos e do pensamento. Apresenta-se aqui sob duas ópticas que se complementam. Por um lado, Talcott Parsons, sociólogo, autor da obra de referência da teoria da ação. Em *Towards a General Theory of Action*, de 1951, Parsons dá a compreender que uma ação é um comportamento de qualquer ser vivo, desde que atenda à condição de ser antecipadamente analisado no que concerne à sua direção, ao contexto situacional, à regulação normativa do comportamento e ao gasto de energia ou «motivação» envolvida (Parsons, 2007: 53).

Num outro campo, Hanna Arendt, contemporânea de Parsons, na sua obra *A Condição Humana*, inscreve a «ação» numa trilogia de ideias onde se encontram também o «trabalho» e o «labor», que para Arendt se apresentam como as três actividades humanas. Sobre a «ação» assinala:

A ação, a única actividade que se exerce directamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (Arendt, 2001: 20).

No pensamento de Arendt os seres humanos são condicionados por todas as suas ações (*idem*: 21). Quem sofre uma ação pode agir em resposta, gerando uma reação, logo, uma nova ação com poder de afetar os outros (*idem*: 240). Tal pensamento é partilhado igualmente por Alain Touraine, na obra de Isabel Carvalho Guerra *Participação e Acção Colectiva – intresses, conflitos e consensos*:

O campo de uma interacção é definido por uma intervenção na sociedade sobre si própria, e por consequência, toda a interacção coloca em relação dois actores desiguais: visto que toda a relação liga, directa ou indirectamente, um actor associado à direcção dessa intervenção e um actor que a sofre (Touraine citado por Guerra, 2006a: 20-21).

Desta relação de ações, em que uma influi sobre a outra, a ideia de ação associa-se à construção da transformação social, abraçando a ideia de Hanna Arendt, de que a ação “na medida em que se empenha a fundar e a preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história” (Arendt, 2001: 21).

É esta dimensão de «historicidade» (Guerra, 2006a: 20), enquanto contributo para a transformação social e para a história da humanidade, que confere à ação coletiva a condição de objeto de estudo e de produção de teorias sociológicas, que a traz à cena dos novos paradigmas de governança e que interessa no quadro deste trabalho.

### **1.1.1. Um conceito difícil**

Nesta linha de pensamento, desenvolve-se o interesse do conceito de ação coletiva, que comporta uma difícil definição fora dos seus quadros teóricos de referência. Isabel Carvalho Guerra, recorrendo a Neveu, sociólogo, dá-nos a compreender a ação coletiva como “uma acção comum tendo como objectivo atingir fins partilhados” (Guerra, 2006a 57). Segundo Melluci, estudioso da ação coletiva, igualmente apresentado por Isabel Carvalho Guerra, podem-se identificar como ação coletiva as ações que comportem determinadas características sociais tais como: envolvimento de um grupo ou grupos de indivíduos; “características morfológicas similares em contiguidade no espaço e no tempo” (Guerra, 2004: 58); um campo de relações sociais; um sentido atribuído pelas pessoas à ação em causa (Guerra, 2004: 58). Para Mancur Olson, através do seu contributo da área da economia, a conceção de ação coletiva é precedida pela ideia de que os “os indivíduos em grupo agem de acordo com os seus interesses pessoais” (Olson, 1998: 1).

Em qualquer entendimento e exploração do conceito contemplam-se duas ideias fundamentais que fazem compreender a ação coletiva como um processo que supõe a participação de atores sociais: a ideia de «ação» e a ideia de «coletivo». Ambas conduzem à compreensão de um conjunto de processos grupais, desde a participação e o parceriaado às acções espontâneas e revoluções planeadas (Guerra, 2006a: 30-58). Afirma-se, por isso que não existe diferença entre a ação coletiva institucional e a não institucional, pois “ambas comportam conflitos de interesse” (Monteiro, 2004a: 121).

### **1.1.2. Interesse e «racionalidade»**

Com efeito, a ação coletiva surge e organiza-se pelo interesse e utilidade que se mostra a cada um dos seus elementos. A partir daqui gera-se um processo de participação no qual é necessário que os sujeitos sintam um ganho maior do que a energia dispendida no processo. Sem esta percepção de ganho não há participação dos sujeitos na ação.

Parsons, na teoria da ação, revela que cada ação tem uma orientação conforme o significado que cada ator lhe atribui, numa relação com os interesses e finalidades que lhe assistem. Refere então:

Each orientation of action in turn involves a set of objects of orientation. These are objects which are relevant in the situation because they afford alternative possibilities and impose limitations on the modes of gratifying the needs and achieving the goals of the actor or actors. (Parsons, 2007: 4)

Determinante nos fatores «interesse» e «orientação» da ação coletiva é o pressuposto da «racionalidade» dos sujeitos. O pressuposto de «racionalidade», sustento da teoria da mobilização dos recursos, da ação coletiva, assenta na ideia de que “o comportamento dos indivíduos se pauta simultaneamente por uma racionalidade instrumental e por um interesse egoísta que leva a privilegiar o serviço de um interesse pessoal.” (Pereira, *citado por* Monteiro, 2004a: 118). Por isso, tanto da ação coletiva como no sistema que lhe dá forma – grupo – o interesse está presente, pois, “não existe grupo sem um interesse” (Bentley citado por Olson, 1998: 7).

A «racionalidade» é reconhecida, por unanimidade como um fator chave para a participação dos sujeitos na ação coletiva, uma vez que se relaciona diretamente com o interesse que cada sujeito lhe atribui, quer em relação ao processo, quer no que concerne ao resultado final da ação.

Alcides A. Monteiro, na sua obra *Associativismo e Novos Laços Sociais*, onde explora formas emergentes de ação coletiva e de associativismo, esclarece, a propósito do fator «interesse» que “a ação coletiva explica-se pela utilidade que daí decorre para os seus membros” (Monteiro, 2004a: 119) assim como se organiza “em torno da utilidade que revela para os seus membros” (*idem*). Isto demonstra que a ação coletiva é o resultado de uma agregação de sujeitos que fazem uma escolha racional em função do seu interesse na defesa de um bem comum que consomem.

Sob o manto da racionalidade, e da capacidade racional de escolha, os sujeitos podem integrar-se num grupo, no sentido em que reconhecem nele a capacidade de defender os seus interesses sem que a sua participação seja absolutamente necessária. Este comportamento frequente, denominado por Olson de «*free-rider*» (andar à boleia), leva a que, em muitos grupos promotores de ação coletiva, o número de membros reportado como pertencente não seja igual ao número de participantes na tomada de decisão e na organização das ações.

De facto, não faz sentido a participação dos sujeitos num movimento que não corresponda aos interesses dos mesmos. Esta instrumentalização da ação coletiva retira a capa simbólica de altruísmos ou de solidariedade que envolve diversos fenómenos de ação em torno da defesa de causas cívicas. No caso em estudo, o interesse de cada sujeito em relação ao assunto é um dos alicerces da sua motivação para a participação no movimento da Plataforma do Choupal e está bem evidente na coexistência de diversas motivações.

### **1.1.3. Capacidade de «ação» e exclusão social**

Ao mesmo tempo que se reconhece a importância da orientação e do interesse para a participação dos sujeitos numa ação coletiva, é imperioso que se reconheça que os sujeitos tenham e sintam «poder» de ação. Esta questão, parecendo óbvia, levanta uma pesada crítica ao fenómeno da participação, questionando: Como se dá a participação? Quem participa e quem se exclui da participação? A resposta a estas questões desmistifica o fator da representatividade da participação, mostrando que nem todos os sujeitos participam e nem todos os sujeitos podem participar. Veja-se um exemplo: As pessoas idosas encontram variados problemas no seu quotidiano, desde o valor que lhes é atribuído nas reformas às condições de mobilidade, passando por oportunidades sociais e culturais às quais, muitas vezes, não podem acederem. Contudo, não são habitualmente conhecidos casos de ação coletiva desempenhados, integralmente, por pessoas idosas. O mesmo se dá com grupos mais vulneráveis da sociedade, acentuando a sua condição de exclusão social.

Mesmo em iniciativas que promovem a participação, como o caso atual dos Orçamentos Participativos de determinadas autarquias, a exclusão digital tem condicionado a possibilidade de participação dos sujeitos, privando-os de votar e de apresentar propostas. Em alguns casos, este aspeto tem sido avaliado, conduzindo à criação de mecanismos de participação mais amplos.

A participação surge, na ação coletiva, como uma componente elementar, gerada pela complexidade crescente das sociedades ocidentais que têm levado a sentir a necessidade de existência de formas de decisão políticas que cubram a diversidade de interesses dos sujeitos e dos grupos que formam uma sociedade.

Os movimentos sociais dos anos sessenta e setenta do século XX, na Europa e na América do Norte trouxeram expectativas de um modelo de desenvolvimento centrado nas pessoas, nas comunidades e nas suas necessidades. Assim, a participação dos sujeitos nos processos de decisão política passou a fazer parte da ideia de democracia, num novo paradigma de desenvolvimento.

Diversos conceitos de desenvolvimento estão intimamente ligados à existência de processos participativos nos quais se envolvem os sujeitos na análise dos problemas que os afectam directamente (Lammerink, 2001:1). Pensar em participação é pensar no sujeito enquanto elemento primordial da mudança social.

Por isso pode-se compreender que o exercício da cidadania, decorrente de uma democracia participativa, exige que o sujeito se desloque da sua condição de pessoa consumidora para pessoa participante ou, se quisermos, de consumidor a ator social. No entanto, este destaque nunca é totalmente conseguido, uma vez que a ação coletiva se dá pelo interesse que os sujeitos têm no usufruto – consumo – dos bens aos quais têm acesso.

#### **1.1.4. Bens públicos**

Depreende-se assim que o despoletar da ação coletiva pode estar estreitamente relacionado com a compreensão do conceito de «bens públicos», e com o seu usufruto pelos sujeitos. A defesa dos bens públicos é inevitável, uma vez que o entendimento de «bem público» ou coletivo compreende os “benefícios comuns ou coletivos fornecidos pelos governos” e que uma vez consumidos por uma pessoa não são passíveis de serem negados às outras pessoas desse grupo (Olson, 1998: 13). Considerando existir uma «indivisibilidade» na utilização da mata do Choupal, isto é, que o consumo individual de cada frequentador da mata não diminui a quantidade disponível aos outros, encara-se a Mata Nacional do Choupal como o que Samuelson designa de «bem puro» (Samuelson citado por *idem*).

A distinção entre bens públicos, ou coletivos, e bens não coletivos, reside no facto de que “mesmo aqueles que não compram nem pagam quaisquer bens públicos ou coletivos não podem ser excluídos ou impedidos de partilhar o consumo desses bens, ao contrário do que acontece em relação aos bens não coletivos” (*idem*).

A relação que os sujeitos têm com os bens coletivos e a forma como sentem o risco em perder o seu usufruto orienta a ação contra as «forças» que o retiram. Deste paradigma têm surgido, ao longo da história, diversos casos de movimentos sociais, impulsionados pela ação coletiva e pela capacidade que os sujeitos têm de se tornarem atores da transformação social, da construção da sociedade, e da «historicidade» mencionada anteriormente.

#### **1.1.5. Do «sujeito» produtor da sociedade aos movimentos sociais**

Alain Touraine, na obra *O retorno do Actor*, evidencia o conceito de «sujeito» enquanto potencial representativo da “capacidade dos homens de se libertarem tanto dos princípios transcendentais como das regras comunitárias” (Touraine, 1996: 66). O sujeito é igualmente identificado com a ideia de consciência e de capacidade criadora (*idem*: 69), situando-o na base de uma sucessão de transformações sociais sobre as quais poderá agir e tornar-se «ator social». Ou, como refere Isabel Guerra acerca do pensamento de Touraine, o «ator» é “um elemento produtor da sociedade” (Guerra, 2006a: 20).

Neste sentido, interessa reter que definido o «sujeito» pela sua criatividade “pode admitir-se a ideia de um conflito social central, e a ideia de ação orientada para valores” (Touraine, 1996: 71). Valores esses que regem a ação dos sujeitos e sobre os quais se dá o conflito presente na base deste estudo, entre o valor de defesa de um espaço de natureza e lazer, considerado um bem público a manter, e o valor de uma travessia rodoviária benéfica para a política e economia local. O «valor», considerado pelos sujeitos, vai ao encontro da ideia de orientação necessária à ação, enunciada por Parsons na teoria da ação.

A condição de sujeito na ação coletiva está subordinada a três eixos de representação que integram pressupostos já analisados. São eles:

- a) O eixo da motivação, relacionado com as motivações, os interesses e as expectativas dos sujeitos que conduzem à ação coletiva; pois, como já se referiu, não há ação coletiva sem o interesse dos mesmos. Este eixo comporta, porém, tanto os interesses identificados racionalmente, como as motivações do foro emocional que levam o sujeito à ação como, por exemplo, a sua relação com a causa da ação.
- b) No eixo da condição, enfocam-se as condições de «sujeito consumidor» e de «sujeito participante» numa relação de complemento, mais do que de evolução – sequencial – ou dicotómica. Pois, embora se considere que “a democracia participativa encara os cidadãos não como consumidores mas como produtores da sociedade” (Guerra, 2010: 129) é, no entanto no consumo – usufruto – de um bem coletivo que assenta o conflito de base à ação coletiva, como evidencia o caso estudado.
- c) O eixo da racionalidade aponta o sujeito como ser racional, portador da sua liberdade na escolha dos meios e dos recursos para atingir os seus objectivos. Assim, associa-se, livremente, a um grupo cuja condição, considerada neste trabalho, é de ator social da ação coletiva, devido à sua atuação na mudança social.

O sujeito, nestes três eixos da sua condição, inicia um trajecto de produção da transformação social, através da ação coletiva. Com efeito, o sujeito que age para a ação coletiva torna-se «ator social», e a sua ação revela-se na consolidação das ações pontuais em ações organizadas, dando origem à criação de instituições e/ou de movimentos sociais que perdurem no tempo e tragam contributos sólidos, provados pela história, à transformação social.

É aqui que a ação pontual encontra o seu sentido mais excêntrico e que lhe atribui razão de acontecer, pela capacidade de produção de transformação social. Pode-se, então, considerar este trajeto «mutacional» como o percurso desejado da ação do sujeito enquanto ator social.

## **1.2. RISCO**

Segundo a teoria do comportamento coletivo, a ação coletiva dá-se quando se desenvolve um acontecimento desencadeador. Este acontecimento gera a percepção de uma ameaça direcionada para os bens ou condições de que os sujeitos usufruem. A ação coletiva nasce, então, da necessidade que os sujeitos têm em defender os seus bens, ou condições, e do interesse que consideram haver em atuar em conjunto na defesa dos mesmos. A ameaça percebida, ou mesmo identificada, é subordinada ao sentimento de risco em relação aos bens ou condições dos sujeitos. Assim, encontra-se a ameaça relacionada com os conceitos de «perigo» e de «risco». Por isso importa recorrer às ciências do risco a fim de compreender esta lógica e como ela atua ao nível da percepção do problema.



Fernando Rebelo, geógrafo e professor na universidade de Coimbra, na sua obra *Riscos Naturais e Ação Antrópica: estudos e reflexões*, publicado em 2003, identifica uma sequência em torno dos conceitos de «risco», «perigo» e «crise». Exemplifica com a ideia de uma viagem por estrada, de automóvel, situação na qual se sabe dos riscos que esta tem (acidente, avaria, etc.) mas que no entanto o perigo só nos aparece uma ou outra vez (curvas apertadas, zonas inundadas, etc.). “[...] a ideia de perigo traz-nos sempre um sentimento de proximidade de algo que nos pode causar danos. Felizmente, a crise (que neste exemplo, será o acidente, a avaria ou a doença) é rara, embora gostássemos que nunca acontecesse” (Rebelo, 2003: 250)<sup>2</sup>.

Associado a estas noções residem ainda duas variáveis: «acaso» (*aleas*, causalidade) e «vulnerabilidade». Duas noções imprescindíveis para a formulação do que apelida de «fórmula do risco»: “ $R = A+V$  (para os autores da língua francesa)” (*idem*). Esta fórmula demonstra que o risco é o “somatório de algo que nada tem a ver com a vontade do homem («aleatório», «acaso», «casualidade» ou «perigosidade»), com algo que resulta, direta ou indiretamente, da presença do homem, a vulnerabilidade” (*idem*). Atualmente encontra-se uma nova fórmula de risco que “valoriza mais a vulnerabilidade para a mesma importância do *aleas* ou *hazard*, multiplicando e não somando:  $R = A \times V$ ” (*idem*).

Interessante na abordagem feita às ciências do risco, para compreensão da perceção do problema enquanto ameaça, é o facto de se encontrar o conceito de risco e de perigo intimamente relacionado com a condição humana. Não se considera haver risco quando alguma ação não implica com os seres humanos, com a presença ou bens das pessoas. Isto é o que se considera, nesta ciência, não haver «vulnerabilidade». Poder-se-á considerar esta posição uma postura «antropocêntrica», pela centralidade atribuída à existência da condição humana.

Por outro lado, a perceção de risco é relativo e diferenciado, pois não afeta de igual forma todos os indivíduos nem todos os setores de uma sociedade (Pardo, 2002: 3). A noção de risco depende também da consciência que um grupo social tem do mesmo. Sem consciência do perigo não há perceção de risco, sentido socialmente. Apenas risco físico, facilmente observável (Pardo, 2002). Tal fator porta uma série de problemáticas relacionadas com aspetos culturais e de representação simbólica. Pois, sem a consciência social de «risco», não é possível a prevenção ou o combate ao mesmo porque não existirão recursos para tal. Logo, não haverá ação humana de prevenção de um risco se ele não é percecionado como tal porque não consciência social do mesmo.

---

<sup>2</sup> Observam-se diferenças na enunciação da sequência dos conceitos «risco» «perigo» e «crise» entre as escolas inglesa e francesa. Para os autores franceses, o perigo surge antes do risco. Consideram que há menos perigo quanto menos riscos houver; e mais perigo enquanto mais riscos houver. (Rebelo, 2003: 250)

Pelo seu caráter «antropocêntrico», de relatividade, e pela condição de consciência social do risco, vislumbra-se uma possível interpretação diretamente relacionada com o problema em estudo: Os territórios com nenhuma, ou reduzida, ocupação humana estão sujeitos a ações de transformação artificial, sem que sejam considerados os «riscos tecnológicos» a que estão expostos<sup>3</sup>.

Mas se, por um lado, o conceito de risco está subjacente à relação que um fenómeno casual tem com os seres humanos, e se só nestas condições se aceita a existência de risco, por outro lado, não se esgota facilmente a noção mais abrangente de risco. Uma visão holística permite encarar qualquer risco como algo sempre dirigido aos seres humanos. Rebelo ilustra esta ideia com o exemplo de um vulcão que entre em erupção num local onde não há vida humana. E conclui:

Para quem exige as duas noções [de acaso e vulnerabilidade], atendendo a que só considera a existência de risco quando o homem ou os seus bens podem ser prejudicados, o risco, verdadeiramente não existiria por não haver vulnerabilidade.

Mas, insistimos, será mesmo assim? No exemplo dado, o funcionamento do vulcão afectaria sempre a atmosfera e indiretamente poderia vir a afectar o próprio homem, através de poluição gasosa, de mudanças de tipos de tempo, de alterações climáticas... (Rebelo, 2003: 252).

Esta interpretação mais abrangente de «risco» poderá facilmente conflitar com a percepção mais elementar, trazendo para o panorama social um conjunto de conflitos de natureza idêntica aos que se apresentam nesta dissertação. Com efeito, ao falar de «perigo» e de «risco», fala-se das formas de adaptação, ou não adaptação, cultural e de mudanças sociais que são produzidas para controlar o risco, tais como desastres naturais ou descobertas científicas e tecnológicas.

Uma das formas mais elementares de relação com o risco, geralmente promovidas pelas instâncias que detêm o «poder» numa organização ou numa sociedade, é remeter o risco para outros lugares da sociedade onde há mais controle social ou onde a consciência do risco não gere conflitos. (Pardo, 2002: 2). Desta forma, a potencial ação coletiva advinda da percepção do risco, não se torna facilmente, ou totalmente, possível.

Outro aspeto de interesse é o fato de que as sociedades comportam, elas próprias uma capacidade de produção da percepção do risco, normalizando o que é perigoso e o que não é perigoso (*idem*). No caso da problemática em torno do Choupal, este fenómeno é evidente, uma vez que independentemente do número alargado de assinantes da petição contra a «ameaça», a percepção do risco teve impacto num reduzido número de pessoas, quando comparado com as que habitam a cidade.

---

<sup>3</sup> Por riscos tecnológicos entendem-se os riscos provenientes da ação humana, as produções industriais, o trânsito, os transportes (Rebelo, 2003: 256).

Por seu lado, os grupos, grandes e pequenos, comportam igualmente essa capacidade, chocando, por vezes, com as aceções mais socialmente aceite de risco e de perigo. Grande parte do conflito residente nos movimentos sociais e na ação coletiva advém desta divergência de perceções de risco que, para uns são portadoras de impactos negativos inconvenientes e, para outros são inócuos ou propositadamente ignorados.

Esta disputa constante de perceções de risco, de perigo e de sentimentos de ameaças traz à história um conjunto de transformações que conferem ao «risco» um papel preponderante na evolução da humanidade. O risco, em si, traduzido, quer por catástrofes naturais, quer por riscos tecnológicos, traz um potencial de evolução à cena histórica das sociedades. Por isso se afirma que o risco é endémico à humanidade pois, "sans risque, il ne se produirait aucune activité et, à l'évidence, il n'y aurait pas d'innovation sociale" (Pardo, 2002: 2). O risco é, portanto, gerador de atividade, de ação e, por conseguinte, de ação coletiva.

### **1.3. PROBLEMÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO**

O caso do movimento cívico Plataforma do Choupal inscreve-se num conflito de conceções de desenvolvimento. De um lado apresentam-se argumentos de natureza económica e financeira, ao mesmo tempo que se privilegia o fator «tempo» da travessia do viaduto sobre o Choupal, como uma meta alcançada com sucesso, representativa de progresso, portadora de melhores condições de trânsito, de deslocação e, neste entendimento, de melhor qualidade de vida. Do outro lado expõem-se argumentos e indignações que privilegiam a preservação de um espaço de natureza e a sua relação com a vida na cidade, olhando para esta aliança como um potencializador da melhoria de qualidade de vida dos residentes e dos visitantes.

Importa por isso realizar uma breve incursão à problemática que envolve a compreensão destes dois principais paradigmas de desenvolvimento que se apresentam em disputa no cenário contemporâneo e não em campos distintos da história.

Suporta-se esta exposição, sobretudo, no artigo do economista e estudioso dos processos de desenvolvimento local, Rogério Roque Amaro, intitulado "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação", articulando com outras referências. A seguir, apresentam-se os paradigmas de desenvolvimento, nos seus contextos históricos e de valores, refletindo-se sobre o futuro do conceito e das práticas.

#### **1.3.1. Desenvolvimento e crescimento económico**

A construção da IC2 sobre a mata nacional do Choupal é considerada, politicamente, como uma necessidade, no sentido em que permite uma aproximação entre localidades passível de se realizar num tempo menor do que o percurso realizado nas anteriores estradas nacionais. As estradas e, atualmente, as autoestradas têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento da economia a nível nacional, local e transfronteiriço, no

sentido em que permitem fazer chegar mais rápido pessoas, bens e serviços de umas localidades a outras.

Contudo, as obras necessárias para a implementação destas estradas de grandes dimensões, transportam consigo altos níveis de destruição de ecossistemas naturais e humanos. Muitas vezes dividem localidades e acessos entre comunidades. A lógica que parece presidir à continuação da construção de estradas e autoestradas, criando grandes impactos ambientais, assenta num paradigma de desenvolvimento assente no crescimento económico e na ideia de progresso enquanto palco de um conjunto de processos industriais e tecnológicos.

O modelo de desenvolvimento que enquadra estas conceções, prosperou no período a seguir à Segunda Guerra Mundial e, embora não se deseje, actualmente, perpetuar as suas práticas mais nocivas, o paradigma de desenvolvimento centrado no crescimento económico ainda persiste.

Foram três os aspetos que marcaram este paradigma de desenvolvimento:

- a) A importância do crescimento económico;
- b) A referência da industrialização;
- c) A perspectiva de modernização.

A ideia de crescimento económico dominou este modelo de desenvolvimento, dando a acreditar que com isto se criavam todas as condições para a melhoria das condições de vida. O crescimento económico passou a considerar-se condição “necessária e suficiente («sine qua non») do desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os outros níveis (educação, saúde, habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.)” (Amaro, 2004: 11). A associação destes dois conceitos fez com que se passassem a “utilizar sistematicamente indicadores de crescimento económico para aferir e qualificar o nível de desenvolvimento dos países” (*idem*: 10).

À boleia deste modelo de pensar o desenvolvimento, deu-se uma vinculação deste conceito ao de industrialização, uma vez que os países com maior crescimento económico eram países industrializados. Com isto a expressão «países industrializados» passou a sinónimo da ideia de países desenvolvidos.

Pode-se afirmar também que o paradigma de desenvolvimento preconizado durante este período de tempo resultou numa série de evoluções no que concerne à produtividade e consumo, à educação, ciência, saúde, tecnologia, lazer e ao bem-estar material, em geral, das sociedades onde este desenvolvimento ocorreu. Contudo, por outro lado este modelo trouxe uma série de retrocessos e privações de ordem social e ambiental marcadas pela não generalização dos resultados positivos, alargando o fosso entre territórios ricos e subdesenvolvidos (*idem*: 12 - 13).

Também as ideias de consumo, o prosperar de um *modus-vivendis* urbano, levaram a grandes alterações demográficas que desequilibraram o mapa populacional europeu, numa tendência de sobrepopoamento dos territórios urbanos (em especial no litoral), e à desertificação das zonas rurais (em especial do interior).

Este paradigma de desenvolvimento encetou um período centrado no individualismo do sujeito e na competitividade em contextos económicos, profissionais e sociais. Difundiou-se uma ideia de que à condição de ser pessoa presidiam valores aliados ao consumo e à posse de bens materiais, em vez da promoção dos laços familiares, das relações comunitárias e da partilha dos espaços e recursos comunitários. No entanto, a concentração de energias neste modelo de desenvolvimento, ao nível das sociedades e a nível pessoal, gerou novas formas de pobreza e de exclusão que se tornaram um problema social, residente na atualidade.

Poder-se-á estabelecer uma relação direta entre estes retrocessos e privações e a fragilização da autoestima das populações dos territórios considerados subdesenvolvidos, tendo em conta o referencial de desenvolvimento e as expectativas de o igualar. Em Portugal, o modelo de progresso assente num simbolismo de «sofisticação» afastou as pessoas das atividades tradicionais e concedeu representações negativas das mesmas.

As gerações mais novas, descendentes dos protagonistas dos êxodos rurais, habitantes das cidades, vivem uma relação de negação com as atividades tradicionais que muitas vezes são as que ainda os sustentam, produzidos pela mão de familiares que permaneceram na ruralidade.

As representações resultantes do paradigma de desenvolvimento dos «trinta gloriosos» anos do pós-guerra, no que concerne às questões da autoestima, levam a que seja possível ouvir uma jovem de uma aldeia do concelho de Góis dizer que “vim de um meio rural para um meio...sofisticado”, referindo-se à vila da Lousã<sup>4</sup>.

No domínio ambiental o paradigma de desenvolvimento baseado no crescimento económico levou à destruição definitiva de inúmeros recursos naturais e à produção de resíduos e poluentes nocivos à qualidade do ambiente ao bem-estar das populações (*idem*: 12).

No campo político, durante este período assistiu-se e ao persistir do Estado-Nação e ao presidir de uma lógica de governação centralizada no topo dos atores com poder de decisão oficial, denominado «*Top-Down*», que ainda predomina nos centros de poder, a nível nacional e local e afasta os processos de participação cidadã. Este sistema permite a fusão de interesses económicos com interesses políticos, materializados na intervenção para o desenvolvimento. Uma união que nem sempre obtém os resultados esperados a nível social e ambiental.

Numa provável interpretação, é possível colocar o problema da construção do viaduto sobre o Choupal no centro deste paradigma. Com efeito, nesta problemática sobressaem características e argumentos que se coadunam com os valores aqui representados, tais como: imperativo do crescimento económico; progresso associado à tecnologia e à construção de

---

<sup>4</sup> O concelho de Góis situa-se no distrito de Coimbra, a 40 km (a nordeste) de Coimbra e cerca de 20 km a norte da Lousã. Tem uma população de 4257 pessoas. O concelho da Lousã dista cerca de 30 km de Coimbra, para leste. Tem uma população de 17380 pessoas. Fonte: Censos 2011. A frase foi proferida por uma jovem aluna de um curso profissional, na Lousã, durante uma defesa de projeto de final de curso.

«coisas novas», sem preocupações significativas de índole ecológica ou de relação população-natureza, ou ainda, da relação população-espço público.

### 1.3.2. Novos paradigmas e desafios do desenvolvimento

Após o fracasso do conceito tradicional de desenvolvimento, anteriormente abordado, surgiram diversas designações “na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento” (Amaro, 2004: 55). Destas tentativas, Roque Amaro identifica seis conceitos que se têm relevado, do ponto de vista científico, institucional e social:

- a) Desenvolvimento Sustentável;
- b) Desenvolvimento Local;
- c) Desenvolvimento Participativo;
- d) Desenvolvimento Social;
- e) Desenvolvimento Humano;
- f) Desenvolvimento Integrado;

Roque Amaro organiza-os em grupos que denomina por «fileiras» ou «famílias conceptuais», consoante as características do que envolve cada conceito. Daí resultam três «fileiras»:

- a) Fileira Ambiental;
- b) Fileira das Pessoas e das Comunidades;
- c) Fileira do Direitos Humanos e da Dignidade Humana

Destas, interessa abordar em maior detalhe a «fileira» das Pessoas e das Comunidades, e o conceito de desenvolvimento integrado, nos quais se inserem as questões da ação coletiva, dos movimentos cívicos e do problema que importa a esta tese.

Não devendo, no entanto ignorar as restantes «fileiras», apresentam-se sumariamente as famílias conceptuais Ambiental e dos Direitos Humanos.

A «fileira» Ambiental, também denominada «fileira Verde» integra a consciência ambiental, inscrevendo-se nas preocupações da Conferência de Estocolmo, de 1972, sobre desenvolvimento. Esta «fileira» procura conciliar as preocupações ambientais com desenvolvimento. Incluem-se aqui o conceito de desenvolvimento sustentável, como proposto no relatório intitulado *O Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 pelo World Commission on Environment and Development.

O conceito de desenvolvimento sustentável, define-se como “o processo de satisfação de necessidades atuais que não põe em causa a satisfação de necessidades de gerações futuras.” (Amaro, 2004: 56). É atualmente vulgarizado nos discursos políticos e institucionais, mas nem sempre tido em conta nas práticas de administração do território.

Esta definição conduz a um aspeto fundamental: a durabilidade dos processos de produção e consumo. Isto é, a necessidade de um equilíbrio entre os *inputs*, o processamento de *throughputs* e os *outputs* dos processos, numa lógica denominada de «*Steady-State*»,

relativa à interação entre o subsistema económico e o sistema ecológico. Isto é, nas palavras de Roque Amaro, “uma lógica de «corrida de fundo» (ou maratona) e não de «velocidade» (tipo 100 «metros») como até aqui” (*idem*: 56).

O conceito de desenvolvimento sustentável encontra-se atualmente muito presente nos discursos político, ambiental, económico e social, não se compreendendo, no entanto, qual a matriz que os une, no campo das práticas de desenvolvimento, pois a sua conjugação parece, cada vez, mais impossível. Impossível é, também, a aferição empírica do que se afirma ser, agora sustentável, uma vez que o tempo da possível avaliação da sustentabilidade é um tempo futuro longínquo.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável surge, muitas vezes, num emaranhado de conflitos que se torcem entre a proteção do ambiente, as fragilidades do poder político e os fatores económicos. Inscreve-se também aqui a problemática em análise neste estudo, nas três dimensões comumente relacionadas com a sustentabilidade: ecológica; social e económica. Uma tríade de difícil e desafiadora conciliação, que Álvaro Domingues, professor na faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, comentou da seguinte forma, no programa Câmara Clara da RTP2, em 22 de novembro de 2009:

[...] o conceito de Desenvolvimento Sustentável é uma tripeça que repousa nesta ideia de que um desenvolvimento do ponto de vista ambiental não tenha predação, não tenha pegada do ponto de vista ambiental; um desenvolvimento do ponto de vista social proclama os valores da coesão e da solidariedade; e do ponto de vista do mercado pega a competitividade económica. Isto assim, numa palavra, é o paraíso; Adão e Eva antes da serpente. Porque o mundo não é assim. E portanto eu pergunto-me sempre: nós precisamos desta palavra [sustentabilidade] tão incessantemente repetida para quê? E aquilo que tenho na cabeça é que é uma espécie de Xanax. É um efeito apaziguador.

(Domingues, 2009)

O tom provocatório de Álvaro Domingues potencia a discussão sobre as problemáticas do desenvolvimento que não se esgotam nas questões da sustentabilidade mas que encetam, nesta controvérsia, um percurso de encontros e desencontros de representações e de práticas.

A «fileira» dos Direitos Humanos e da Dignidade Humana, ou «fileira azul», associa o desenvolvimento às questões de tolerância e de respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e ao compromisso de garantir limites mínimos de sobrevivência e de dignidade humana (Amaro, 2004: 58).

Das três fileiras é a que menos se aproxima diretamente da problemática em análise, embora não se possa colocar completamente de lado, uma vez que as «famílias conceptuais» anteriores se articulam inevitavelmente com os Direitos Humanos. Para além disso, esta «fileira dos Direitos Humanos» contempla o conceito de desenvolvimento social que conduz à compreensão de “um processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de

promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (*idem*: 59).

A «fileira» das Pessoas e das Comunidades, identificada também como «*people-centered*», coloca as pessoas e as comunidades no centro do protagonismo do desenvolvimento. “É por isso, também a fileira da participação e da cidadania” (*idem*: 57).

O conceito de Desenvolvimento Comunitário está na origem desta «família conceptual» e da compreensão desta «fileira». Este conceito surgiu da ação direta de vários técnicos da ONU, nos anos 1960, nos territórios designados como «países subdesenvolvidos». Outros dois conceitos, anteriormente referidos, irrompem nesta «família conceptual»: o desenvolvimento participativo e o desenvolvimento local.

Destes conceitos têm surgido propostas metodológicas como a «animação sociocultural» e a «metodologia de projetos» assentes numa lógica de capacitação e de participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão sobre problemas que lhes concernem, ou aos grupos a que pertencem, tornando-se assim atores do desenvolvimento das suas comunidades. Estes conceitos aportam assim um leque de características, entre as quais a “necessidade de colocar em marcha processos de forma integrada” (Fragoso, 2005: 9).

Sobre a importância da participação nos processos de tomada de decisão, que abrangem as questões políticas e de gestão territorial, recorre-se a Mark Lammerink, estudioso da temática da participação e especialista, enquanto facilitador, de processos participativos de gestão de recursos hídricos em países da América do Sul.

Involving people in the analysis of problems that affect them and in the design of potential solutions is a good way to achieve sustainable development. Although more time consuming than traditional development approaches that rely on 'blueprint' plans and development experts, participatory approaches generally lead to development efforts that are sustainable over the long term because the people themselves have a stake in their success.

(Lammerink, 1999: 1)

Encontram-se casos atuais, e a nível nacional, de materialização deste conceito de desenvolvimento. Os processos de Orçamento Participativo, promovidos atualmente por várias autarquias portuguesas, são exemplos positivos. Apesar da vertente de «marketing político», e de alguma insignificância das verbas discutidas, (Guerra, 2010: 127-132) estas práticas residem na participação dos munícipes.

António Fragoso, pedagogo e estudioso dos processos de participação local, contrapõe a representação idílica do desenvolvimento comunitário defendendo que se trata de uma «espada de dois gumes», utilizando a expressão de Mayo, pois a sua génese localiza-se no tempo e no espaço do colonialismo e na instrumentalização da participação. Considera que, numa primeira fase, o desenvolvimento comunitário foi “um mero instrumento de controlo social, ou como um caminho à integração pacífica de grupos sociais que poderiam, potencialmente, provocar contestações políticas e sociais indesejadas” (*idem*: 3).



Perante este confronto de ideias, observa-se que a promoção de métodos participativos não é, necessariamente, uma prática contemporânea e exclusiva dos sistemas democráticos. Isto leva a compreender a existência de uma complexidade própria em torno das práticas de desenvolvimento que passam pela convivência entre práticas de paradigmas distintos, nos mesmos momentos históricos.

Semelhante situação ocorre atualmente quando, por um lado se apresentam discursos políticos e científicos que privilegiam a sustentabilidade ambiental e social, e apontam para a importância da participação cidadã, mas, por outro lado, os mesmos atores, detentores do poder, e de poderes, se movem por interesses antípodas, implementando medidas e desenvolvendo práticas que embatem numa incoerência repreensível.

Por fim, é necessário referir que “esta «fileira», é também designada como «vermelha», e é a menos institucionalizadas das três” (Amaro, 2004: 58). A associação à cor vermelha surge no seguimento dos movimentos sociais dos anos sessenta e setenta, na Europa Ocidental, nomeadamente do maio de 1968, em França, e do 25 de Abril de 1974 em Portugal, assim como por outros movimentos que derrubaram regimes de governação ditatoriais. Estes movimentos eram movidos por ideais marxistas e comunistas, que, para além da afirmação da luta de classes, proclamavam a importância da ação dos sujeitos na mudança social.

Neste contexto pode-se também encontrar o movimento cívico da Plataforma do Choupal. Com efeito, trata-se de um grupo de sujeitos movidos por ideais políticos centrados na participação das pessoas, na reação a poderes hegemónicos e contra a supremacia dos ideais capitalistas. Tudo características que na organização tipológica proposta por Alcides A. Monteiro, sociólogo e estudioso das iniciativas de desenvolvimento local, se incluiria no perfil de «orientação militante»<sup>5</sup> (Monteiro, 2004b: 4). As iniciativas de desenvolvimentos local de perfil «militante» caracterizam-se por:

[...] um empenhamento mais militante, presentes na força que o "nós" ainda adquire na condução da sua intervenção. A própria motivação que preside à sua constituição, assim como objetivos fundamentais, assumem uma orientação autocentrada no sentido em que a associação pretende ser resposta às necessidades e problemas específicos de um determinado grupo social [...]

(*idem*: 9)

Outros aspetos que os caracterizam passam pela atitude crítica em relação à existência de normas e à constante interrogação sobre o seu sentido, assim como exclusão de

---

<sup>5</sup> Alcides A. Monteiro propõe quatro grandes perfis de iniciativas de desenvolvimento local, marcados pela apreciação dos discursos transmitidos pelos representantes destas iniciativas. São eles: iniciativas de "orientação instrumental", iniciativas de "orientação para pública" iniciativas de "orientação autónoma e solidária" e iniciativas de "orientação militante" (Monteiro, 2004b: 4).

formas de regulação dominantes. Em contrapartida propõem configurações alternativas assentes em valores solidários da intervenção social e exigem o reconhecimento, por parte dos órgãos públicos, da legitimidade destas opções. Muitas vezes, a inaptidão a sistemas de liderança tradicionais conduz à desmobilização das iniciativas ou à contestação interna, culminando em conflitos e na autodestruição dos grupos.

A Plataforma do Choupal, no seu quadro «militante» não é exceção. Com efeito assistiu-se a uma desmobilização do grupo mediante aspetos que se prendem à relação das energias do grupo com a força da ameaça. Uma hipótese que se coloca para explicar este resultado, é que o não assumir a existência de uma liderança não permitiu a continuidade da ação do grupo, no tempo.

Complementar aos cinco conceitos alojados nas três «fileiras», surge o conceito de Desenvolvimento Integrado que, sendo transversal, comunga das características e valores de todos eles. Roque Amaro formula este conceito da seguinte forma:

O processo que conjuga as diferentes dimensões da Vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria, implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; o local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar o criar, o saber e o ter (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc. (Amaro, 2004: 58)

Assim, “Tal como os agentes económicos, também a sociedade civil começa a intervir no processo de desenvolvimento urbano em particular, os movimentos sociais canalizam as suas preocupações para a qualidade de vida.” (Guerra, 2000: 38).

Deste conceito de desenvolvimento, e na sua interligação com o assunto em estudo, interessa reter essencialmente as ideias de:

- a) Sustentabilidade. No sentido em que as ações de reação à construção do viaduto se prendem com a satisfação de necessidades e o maior interesse em deixar às gerações futuras espaços naturais, de lazer e também de produção de oxigénio que permita manter níveis respiráveis de qualidade do ar.
- b) Pessoas no centro das comunidades. No sentido em que se considera atualmente a necessidade de serem as pessoas – os sujeitos – locais a pensar e a promover o desenvolvimento dos seus territórios. Por isso estes sujeitos devem ser activos, conscientes dos perigos e dinamizadores de processos de «capacitação».
- c) Promoção da dimensão social de bem-estar. Facilmente compreendida como a responsabilidade que os órgãos de administração local e os governos têm em promover e preservar o bem-estar das populações, ao invés de sobreporem interesses corporativos, pessoais e partidários ao bem-estar das comunidades.

Este breve percurso pelos paradigmas e conceitos do desenvolvimento obrigam a algumas notas finais em tom reflexivo, de resumo. De todo o panorama, é interessante ter em consideração a ideia da necessidade de um equilíbrio entre a velocidade dos processos e a qualidade dos mesmos, referido no contexto da «fileira» ambiental.

Recorrendo às metáforas de «corrida de fundo» *versus* corrida de «velocidade», enunciadas por Roque Amaro, surge uma imagem irónica, assente na perceção da necessidade de velocidade e na sua relação com o conflito patente neste estudo. Pois, na problemática que gera a Plataforma do Choupal existe, de um lado, um imperativo de circulação rodoviária mais veloz (maior rapidez), e do outro, a ideia de preservação de um espaço no qual as dinâmicas têm um tempo determinado pela natureza (mais lento).

A relação entre a obsessão da «velocidade» e um paradigma de desenvolvimento baseado no crescimento económico está em conformidade com a problemática, atalhada pela conhecida expressão popular inglesa «*Time is Money*». Com efeito, esta expressão norteou muitos dos comportamentos sociais, pessoais, políticos e económicos nos últimos cinquenta anos, afectando fortemente as relações entre as pessoas (ao nível familiar e social mais lato) e, por conseguinte, a saúde pessoal e comunitária. Atualmente, a sociedade vê-se confrontada com os «efeitos secundários» deste padrão comportamental.

Neste entendimento de desenvolvimento, os domínios económico, social e ambiental encontram-se integrados, dando a perceber a importância dos espaços naturais para a riqueza de um território e para a qualidade de vida das populações. Neste modelo de compreensão do desenvolvimento, os fatores económicos e financeiros não podem ser dominadores do planeamento territorial. Contudo, estão presentes, no sentido em que os espaços de natureza e a mobilidade pedonal, harmoniosamente relacionados à mobilidade rodoviária, podem resultar na captação de mais população e visitantes na cidade. Logo, maior potencial de desenvolvimento dos três setores da economia. São, por isso, aspetos e opções políticas valorizadoras de um território, também a nível económico.

Emerge, assim, um possível desfecho no conflito entre a construção do viaduto e a preservação integral do Choupal, estabelecendo um elo entre o negro, talvez menos negro, do asfalto, e o verde, de esperança, dos espaços de natureza.



## **2. O PROBLEMA NA CASO DA PLATAFORMA DO CHOUPAL: INTERESSES EM CONFLITO**

Tendo em conta que a ação coletiva comporta conflitos de interesses, importa compreender os interesses que se inscrevem na génese da ação coletiva que se apresenta neste estudo. Para isso apresentam-se neste capítulo os dois principais elementos que surgem na base da ação coletiva protagonizada pela Plataforma do Choupal e analisa-se o problema de partida deste conflito de interesses, a partir do ponto de vista deste movimento social.

### **2.1. ELEMENTOS DA PROBLEMÁTICA**

No caso em estudo caso identificam-se dois elementos na génese do problema, sob o prisma de perceção do movimento Plataforma do Choupal. Trata-se de dois elementos físicos de natureza territorial, que se relacionam num quadro de conflito:

- a) A IC2, não existente mas projetada, é a via rodoviária cujo percurso, de um novo troço, está planeado atravessar a mata do Choupal, ameaçando-a.
- b) A mata nacional do Choupal, e sua relação com a cidade de Coimbra, ameaçadas pela construção de um viaduto rodoviário.

IC2 é a denominação da via rodoviária de Itinerário Complementar número dois, que liga as cidades de Lisboa e Porto, numa variante ou em sobreposição à Estrada Nacional 1, numa extensão de 330 quilómetros. A sua conservação, requalificação e alargamento é da responsabilidade da Estradas de Portugal, S.A., empresa de capitais públicos, cujo capital social é totalmente detido pelo Estado Português<sup>6</sup>. Ao Instituto das Infraestruturas Rodoviárias cabe supervisionar, fiscalizar e regular as ações submetidas na IC2, sob a responsabilidade das Estradas de Portugal<sup>7</sup>.

Uma estrada de categoria Itinerário Principal é uma estrada que liga centros de influência supraconcelhia (mas infradistrital) aos centros de influência supradistrital. Nas proximidades da cidade de Coimbra e das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto esta via adota o denominado «perfil de autoestrada», por apresentar duas ou mais faixas de cada lado e permitir o trânsito a velocidades acima das permitidas nas outras estradas.

O atual traçado do IC2 na passagem pela cidade de Coimbra liga as duas margens do rio Mondego, a poente da cidade, aproximadamente a 1 quilómetro da baixa da cidade, na

---

<sup>6</sup> Fonte: Sítio da Estradas de Portugal, S.A.: <http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/a-empresa>

<sup>7</sup> Fonte: Sítio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: <http://www.directorio.moptc.pt/indexb.asp?detalhe=59&opcao=1>



Este traçado complementa a ligação inaugurada em 2010, a Sul de Coimbra, que retira a passagem da IC2 na margem esquerda do rio Mondego, junto à entrada e centro da cidade. Permite também uma ligação direta entre a margem sul e norte, possibilitando uma melhor mobilidade aos condutores provenientes da IC2 e da A1.

Em relação ao impacto ambiental deste troço da IC2 sob a Mata Nacional do Choupal, foi realizado um estudo de impacto ambiental (EIA), por uma comissão de avaliação de impacto ambiental, que deu parecer negativo à construção do viaduto devido ao impacto negativo causado na mata do Choupal. No entanto, não sendo este estudo vinculativo, foi emitido, pelo Secretário de Estado do Ambiente, em 31 de dezembro de 2008, a declaração de impacto ambiental (DIA) que autoriza a construção do viaduto (ou ponte) sobre o Choupal e o rio Mondego, para o novo traçado da IC2, observando algumas condicionantes conforme aspetos realçados no EIA.

“A Mata Nacional do Choupal é um espaço peri-urbano vocacionado para o lazer, o recreio e a manutenção física, para além da vertente Educação Ambiental, sendo de primordial importância para a Cidade de Coimbra” (Anon, 2009: 3). Foi criado em 1791 como forma de travar as enchentes do rio Mondego, depois de se proceder ao desvio do curso original do rio. Neste espaço de terra foram plantadas, entre outras árvores, choupos negros (*populus nigra*), que acabaram por influenciar a denominação deste espaço: Choupal.

Ao longo dos séculos tem sido um espaço de lazer da população de Coimbra. Tem sido imortalizado através da canção, ou fado, de Coimbra, cantado pelos estudantes da universidade. Ao longo dos tempos foi também perdendo área arbórea, num total de 25% da sua área, resultado da construção de infraestruturas urbanas, tais como: estradas, estação de tratamento de águas residuais – ETAR – e a ponte do açude, atual atravessamento da IC2 sobre o rio Mondego. Atualmente contempla 79 hectares e é um espaço de lazer e de prática desportiva das pessoas residentes em Coimbra (Anon, 2011: 7).

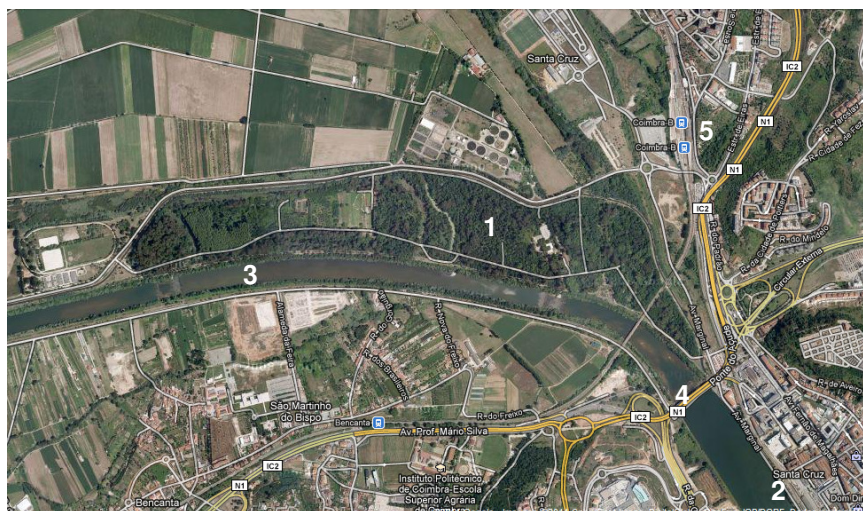
O Choupal localiza-se a poente da cidade de Coimbra, na margem direita do rio Mondego, demarcado a sul pelo rio, ao longo de dois quilómetros; a norte pela estação de comboios de Coimbra B e pela «estrada do campo» que também o limita a poente. A nascente é confrontado com a avenida marginal de Coimbra e também pela via rodoviária IC2. Dista aproximadamente 1,5 quilómetros da baixa da cidade (figura 2.2).

A Mata Nacional do Choupal é um espaço de Reserva Ecológica Nacional, pertence à Direção Geral do Tesouro e Finanças. Está submetida ao Regime Florestal Total<sup>9</sup>, encontrando-se sob a gestão do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), não contemplando, porém, o estatuto de Área Protegida. A Mata é sede da Reserva Natural do Paul de Arzila, sob responsabilidade do ICNB. Determinadas áreas e estruturas

---

<sup>9</sup> Decreto-Lei 254/2009 de 24 de setembro que aprova o Código Florestal.

existentes na Mata estão sob a competência de gestão de outras entidades<sup>10</sup>. O Choupal é, por isso, um espaço partilhado por várias entidades e o centro de decisão da sua gestão encontra-se fisicamente distante da Mata<sup>11</sup>, o que poderá dificultar a perceção dos perigos, atrasando ou minimizando também as medidas para a sua proteção e preservação (Anon, 2011: 7).



*Figura 2.2.: Mata Nacional do Choupal. Fonte: Google Maps.  
Legenda: 1 – Mata Nacional do Choupal; 2 – Cidade de Coimbra; 3 – Rio Mondego; 4 – IC2/ Ponte do Açude; 5 – Estação de comboios de*

Quanto à biodiversidade de fauna e flora, o Choupal apresenta grande riqueza de espécies, devido aos diversos habitats que possibilita, desde o leito do rio Mondego e sapais no interior da Mata (que contêm água durante todo o ano) às altas árvores que dão forma à floresta climática que o caracteriza. É considerado como:

[...] o parque de Coimbra com maior diversidade animal. A sua importância revela-se, sobretudo no grande número de espécies de aves, mais de 65 espécies identificadas sendo que, na sua maioria, são espécies protegidas por convenções internacionais de proteção à fauna selvagem. (Anon, 2011: 19)

No Choupal é possível observar uma das maiores colónias de milhafre-negro da Europa e os seus 50 ninhos, localizados no topo de grandes árvores, geralmente com mais de

<sup>10</sup> A Área Desportiva é gerida pelo Instituto do Desporto; O Bar é gerido por sujeito particular cujo arrendamento é da competência da Direção de Finanças de Coimbra; O dique marginal ao rio Mondego é zona ribeirinha condicionada em PDM pela Câmara Municipal de Coimbra. Fonte: Plano de Gestão Florestal e Orientação de Utilização Pública da Mata Nacional do Choupal. ICNB. 2011.

<sup>11</sup> Segundo o Organigrama do ICNB a gestão da Mata Nacional do Choupal é da responsabilidade do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Zonas Húmidas, cuja direção está estabelecida em Alcochete.

Fonte: site do ICNB:

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Quem+Somos/Org%C3%A2nica/>



45 metros de altura. Segundo o Plano Geral Florestal, da responsabilidade do geógrafo João Silva, responsável pela Mata, este fenómeno “só por si, é indicativo do potencial e das condições existentes em termos de alimentação e nidificação para o suporte desta colónia.” (*idem*).

Da flora evidenciam-se espécies de árvores, tais como Amieiro, Freixo, Plátano, Salgueiro, Choupo, Carvalho, Lodão e Nogueira. Relevam-se também plantas aromáticas como: Funcho, Malva, Erva-Cidreira e ainda o Nenúfar-Branco. Da fauna evidenciam-se aves como o Milhafre-Negro, Garça-Vermelha, Garça-Real, Mergulhão, Pato-Real, Guarda-Rios. Dos mamíferos sobressaem a Lontra, Raposa, Ouriço-Cacheiro, Javali, Texugo, Gineta, Saca-Rabos, Coelho e Morcego Arborícola. Dos batráquios e reptéis releva-se a Rã-Verde, Lagartixa, Lagarto e Salamandra (Silva, 2011: 17-20).

No interior da Mata existem diversas estruturas de apoio e de complemento às atividades que o Choupal possibilita. São elas: pólo desportivo (campos de ténis e basquetebol e badminton), bar e esplanada; circuito de manutenção, parque de merendas, espaço de leitura (Rua do Estudante), percursos pedagógicos (Floresta Viva, Vida Aquática, Plantas Aromáticas; mostra de instrumentos tradicionais de elevar água), espaços de educação ambiental (Borboletário), oficina da floresta (educação ambiental).

Apesar das adversidades a que tem sido sujeita e da pesada estrutura de gestão que lhe assiste, a Mata Nacional do Choupal, considerada também um «pulmão» da cidade, continua a ser um espaço ímpar de contacto com a natureza, de prática desportiva e de lazer familiar na cidade de Coimbra, frequentada por um número aproximado de mil visitantes, durante os fins de semana.



*Figura 2.3.: Choupal*

No quadro abaixo esquematizam-se sumariamente as características dos dois elementos do problema e as perspetivas atribuídas a cada um, conforme a visão do movimento cívico Plataforma do Choupal.

Quadro 2.1.: Compreensão dos elementos da problemática.

<b>Elementos</b>	<b>Natureza Organizacional</b>	<b>Perspetiva do Problema</b>	<b>Cronologia</b>
<b>Mata Nacional do Choupal</b>	Património do Estado sob gestão do ICNB	Afetação da biodiversidade como resultado do processo de construção de uma ponte de atravessamento e da sua utilização (poluição atmosférica, sonora e visual)	Criada em 1791
<b>IC2 - nova travessia do rio Mondego</b>	Via rodoviária sob gestão do Instituto de Estradas de Portugal	Atravessar o rio Mondego de sul para norte, dando continuidade ao traçado atual da IC2, diminuindo o ângulo das curvas e aproveitando a saída da rotunda de Bencanta (a sul de	Projeto aprovado em 31/12/2008

## 2.2. O PROBLEMA

Foi a perceção da existência de uma ameaça, trazendo consigo a perceção de riscos e perigos específicos, que gerou um conjunto de ações de mobilização de recursos e de transformação do território que interessa a esta tese. No seguimento da teoria do comportamento coletivo, uma das teorias que encetou o estudo da ação coletiva, o movimento cívico forma-se porque se dá um acontecimento. O processo é apresentado da seguinte forma:

Dá-se um acontecimento desencadeador, que provoca agitação na multidão. Por processos miméticos, a excitação coletiva é projetada em direção a uma fonte de atenção. Finalmente, a estimulação das pulsões por contacto é canalizada para uma coordenação das ações que se orientam para um fim coletivo (Guerra, 2006a: 62).

Este pressuposto fornece as bases para a compreensão de que a ação coletiva se desencadeia mediante um acontecimento concreto. Por isso interessa compreender qual a perceção que a Plataforma do Choupal tem, concretamente, em relação à construção da IC2 sob o Choupal. E também a perceção que os elementos que constituem a Plataforma do Choupal têm em relação ao mesmo. Coloca-se então a questão: Qual o problema, concreto, que levou à criação da Plataforma do Choupal?

Tomando a imagem de uma árvore de problemas, a resposta a esta questão foi encontrar vários troncos que se relacionam. Com efeito, o problema concreto, apontado pelos

sujeitos entrevistados é a construção do viaduto sob o Choupal. Mas este problema conduz a outros problemas, de segundo nível, que com ele convivem. São eles:

- a) Impacto ambiental negativo sob o Choupal;
- b) Afetação da qualidade de vida na cidade;
- c) Gasto desnecessário de dinheiros públicos;
- d) Políticas locais e nacionais aliadas a interesses económicos.

Os membros constituintes da Plataforma do Choupal reconhecem a construção do viaduto como «o problema» porque este se torna uma ameaça, no sentido em que põe em risco uma série de fatores relacionados com o usufruto de bens ou de uma condição. Dá-se, então, a identificação de uma «coisa» ou «facto» concreto, e objetivo, que se considera como «ameaça», integrada na perceção da existência de perigo e de risco perante os espaços e a qualidade de vida dos sujeitos, ou dos bens de que usufruem. Observem-se os problemas de segundo nível:

- a) O impacto ambiental negativo sob o Choupal, que reduz a área do território, gera poluição e por isso põe em risco a sua utilização enquanto espaço de lazer familiar, de prática desportiva e de contacto com a natureza.
- b) Afetação da qualidade de vida na cidade, uma vez que o viaduto, ao ser construído em espaço urbano não faz realmente passar o trânsito por fora; e sendo a continuidade da IC2 na rotunda do Almeje (a sul de Coimbra), vai implicar com um sistema rodoviário que poderá trazer mais trânsito à cidade, e não o contrário.
- c) Gasto desnecessário de dinheiros públicos, uma vez que, estando prevista a construção da IC3 a nascente de Coimbra (que liga Tomar a Coimbra e seguirá para Norte) esta poderia ser um escape ao trânsito da IC2 que se segue nesta direção; uma vez que estando o novo traçado inserido em espaço urbano, será necessário num futuro próximo construir outra passagem rodoviária mais longe.
- d) As políticas locais e nacionais, pouco transparentes e não coerentes com o quadro legal, aliadas a interesses económicos que “quando envolvem decisões sobre recursos estes são um meio de troca, de negociação de contratualização, mas também de hierarquização, de manipulação e de conflitualidades várias” (Guerra, 2010). Com efeito, as expectativas de compensação da construção do viaduto interessam à autarquia local, uma vez que se prevê requalificar uma área urbana descaracterizada e reformular o sistema rodoviário daquela zona da cidade, melhorando também a avenida Fernão de Magalhães. Por outro lado, a questão dos interesses económicos, financeiros, aliados à decisão política foi marcada pela emissão da declaração de impacto ambiental, autorizando a obra, baseada num parecer negativo da comissão de avaliação de impacto ambiental.

### 2.2.1. Dimensões de risco

A percepção do risco inscreve-se no campo das problemáticas da ação coletiva no sentido da sua relação com a transformação e a inovação social. Por isso interessa aqui abordar o que se propõe serem três dimensões de risco inerentes à ação coletiva protagonizada pela Plataforma do Choupal.

Embora na problemática estudada sobressaia, com maior facilidade, o risco dirigido ao meio ambiente, comparecem, no entanto, após a análise das entrevistas realizadas, outras tipologias de risco que a Plataforma do Choupal percebe, coletivamente ou pelos seus membros, em particular: São elas:

- a) Dimensão política;
- b) Dimensão ambiental;
- c) Dimensão do planeamento territorial e da qualidade de vida na cidade.

A dimensão política prende-se com a visão política que o movimento demonstra ter sobre a forma de *governança* local, contemplando a participação dos atores locais na gestão e resolução das problemáticas do território. Imbuídos de um espírito crítico e em sintonia com um paradigma integrado de desenvolvimento, a Plataforma do Choupal critica as políticas tradicionais de modelo «*Top-Down*» e espera que a administração local recorra a processos participativos.

Teresa Sofia, uma das participantes no movimento testemunha desta forma a não existência de uma relação de cooperação entre a autarquia e o movimento cívico: “[...] aqui em Coimbra a câmara [...] nós pedimos há algum tempo uma entrevista com o presidente da câmara, nem sequer nos passaram cavaco! Eles ignoram-nos completamente...” (Entrevista semiestruturada n.º 4).

Efetivamente, desde janeiro de 2009, a autarquia apenas reuniu uma vez com elementos da Plataforma do Choupal. As conclusões da reunião são resumidas por um elemento fundador da seguinte forma: “Depois dessa vez nunca mais fomos contactados para coisa nenhuma, nem como parceiros nem como coisa nenhuma. – Refutaram as nossas opiniões... Refutaram-nos fortemente...” (Entrevista semiestruturada n.º 1).

A vivência numa sociedade democrática leva os cidadãos a criar expectativas face à transparência nos processos administrativos, e em particular, do planeamento territorial. Mas, pelo contrário, as autarquias e o Estado mantêm dinâmicas obscuras e interesses não clarificados, que levam os cidadãos e cidadãs a descreditar “os recursos da autoridade e os valores de que são depositários os decisores e os técnicos de urbanismo” (Guerra, 2000: 39).

A emissão da declaração de impacto ambiental, pelo Secretário de Estado do Ambiente, na qual não tinha em consideração o parecer desfavorável da comissão de estudo do impacto ambiental, e a cumplicidade da autarquia neste processo, foi outro fator a contribuir

para o risco político imerso nesta problemática, levando a entender que “Os agentes económicos têm impacto nas decisões urbanísticas, quer direta, quer indiretamente, através do desenvolvimento de infraestruturas, influenciam de forma relevante as decisões urbanísticas” (Guerra, 2000: 38). Igualmente por motivos de interesse político, num momento anterior à eleições legislativas, o concurso de adjudicação foi anulado. O risco foi, como aponta Mercedes Pardo, transferido para lugares “socialment contrólés vers des lieux où la conscience sociale est moindre (ou moins de possibilités de conflit) et moins de contrôle social” (Pardo, 2002: 2).

A dimensão política do risco levou a que o movimento agisse nesta esfera, reunindo com deputados e ver discutida a petição de dez mil assinaturas. No entanto, o processo de votação e a perceção da existência de uma anterior negociação desiludiu os elementos que a promoveram.

[...] sabes que a petição que tu andaste a propor e a arranjar pessoas...vais para lá às dez da manhã, vês a petição que deu tanto trabalho, está ali a tua luta toda, meses, a ser discutida – a ser discutida não! A ser despachada em 20 minutos. [...] De facto, o que tu sentes realmente é que aquilo não é sério. (Entrevista semiestruturada n.º 2)

Também se inscreve na dimensão política do risco percecionado por este movimento cívico a perceção de uma deficiente gestão dos dinheiros públicos. Para Luís Sousa, é “um absoluto desperdício de dinheiros” (Entrevista exploratória n.º 1) uma vez que, na sua opinião, enquanto representante da Plataforma do Choupal, este troço da IC2 deveria manter o traçado atual e ser uma circular externa, aproveitando outras obras já existentes, ou já adjudicadas, que não atravessam a cidade, como é o caso do prolongamento do IP3 de Tomar até Coimbra (pelo lado nascente do concelho de Coimbra).

A existência de risco numa dimensão política pode acartar resultados prejudiciais ao exercício da cidadania e à democracia. Potencializa uma «apatia cidadã», caracterizada por uma atitude não ativa dos cidadãos perante a política local e nacional, quando atualmente se reconhece na participação a base do desenvolvimento sustentável centrada nas pessoas e nas comunidades.

A dimensão ambiental do risco é a que mais direta relação tem com o problema e com a ação da Plataforma do Choupal. Facilmente se relaciona a construção do viaduto em causa com o impacto ambiental num espaço de natureza. Mesmo a declaração de impacto ambiental emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente aponta condicionantes de ordem ambiental à obra. O site do movimento apresenta desta forma o problema:

Eis O Problema! Com toda a propriedade poderemos encontrar centenas e centenas de problemas em torno da Mata Nacional do Choupal. E muitos deles terão resolução relativamente fácil e pouco dispendiosa, não sendo perceptível para o comum dos cidadãos quais as razões para a sua persistência... no entanto, desde o passado 31 de dezembro de

2008, a Mata Nacional do Choupal passou a ter, não vários problemas, apenas um problema: O Problema tem nome, chama-se Novo Traçado do IC2 em Coimbra e resulta da Declaração de impacto Ambiental (DIA) emitida por Sua Excelência o Secretário de Estado de Ambiente sobre o Estudo de impacto Ambiental (EIA) do Projeto produzido pelo Instituto de Estradas de Portugal designado com o bonito nome de "IP3 – Coimbra(Trouxemil)/Mealhada, IC2 Coimbra/Oliveira de Azeméis (A32/IC2) e IC3 Coimbra/IP3". Este estudo apresenta vários aspetos passíveis de crítica, e tanto assim é, que a Comissão de Avaliação de impacto Ambiental sobre ele deu parecer negativo. Acontece que esse parecer não é vinculativo, pelo que, no cumprimento da legalidade, mas não no da razoabilidade, o mesmo foi apreciado positivamente pela tutela. (Sítio da Plataforma do Choupal na internet)

Nesta dimensão do risco, situa-se o risco sócionatural. Trata-se de uma categoria de risco que combina os fenómenos naturais com a participação humana como, por exemplo, o desmatamento de zonas arborizadas. No entanto, segundo Mercedes Pardo, por muito que se considere esta categoria de risco, as análises sobre risco não têm tido em conta as relações recíprocas entre impacto tecnológico e os sistemas sociais, nem as construções simbólicas que as pessoas elaboram no dia a dia das suas vidas sobre os riscos a que estão expostas (Pardo, 2002: 3).

le phénomène du risque est traversé par des construits symbolico-culturels des sociétés en tant que chose perçue ou non comme danger à un moment de l'histoire et dans un espace socio-environnemental et donné. Il peut exister des sociétés exposées à un grand risque sans la moindre conscience sociale de ce risque [...] et vice versa avec une conscience que les risques concrets peuvent diminuer. (Pardo, 2002: 2)

Conforme proferido por Luís Sousa, um dos fundadores do movimento, o atravessamento da IC2 em perfil de autoestrada sob o Choupal tem consequências colaterais para a mobilidade dos residentes da cidade e para a sua qualidade de vida.

Através de uma reflexão que produzi no âmbito do conselho da cidade sabia que a aprovação desta nova travessia do Mondego prevista no âmbito do IC2 queria dizer que definitivamente a circular de Coimbra iria ficar na margem esquerda do Mondego, entre o estádio universitário e a rotunda das Lajes.

(Sousa, conforme entrevista exploratória n.º 1)

Para um setor da Plataforma do Choupal, este é um grave problema que assiste a construção do viaduto, da mesma forma que o problema do abate de árvores e a poluição do Choupal. É no entanto um problema menos visível, e de mais difícil compreensão, que se prende com um sistema rodoviário e com o potencial da cidade, enquanto portadora de um património histórico ímpar e pólo de atração turística. Um adequado planeamento rodoviário

contribuiria para que Coimbra se tornasse, facilmente, numa cidade referência do ponto de vista de qualidade de vida.

As alterações rodoviárias potencializadas pela construção do viaduto põem em risco, segundo Luís Sousa, “um fortíssimo potencial que existe na cidade se a mobilidade nessa grande zona, nas margens do rio, for assente apenas em transportes coletivos e não em transporte individual.” (Entrevista exploratória n.º1 )

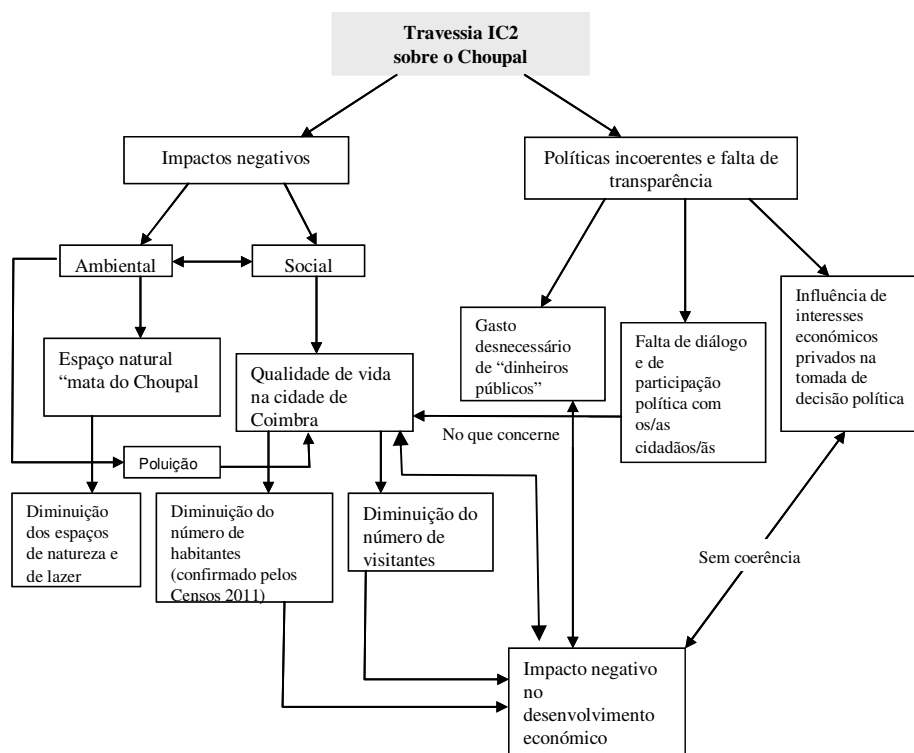


Figura 2.4: «Árvore de problemas» relativa à percepção do problema pela Plat. do Choupal

Um esquema de entendimento do tipo «árvore de problemas», baseada nos testemunhos dos membros da Plataforma do Choupal, permite compreender a complexidade da problemática desde a identificação do problema concreto aos problemas colaterais criados pelo primeiro (ver figura 4).

As vozes dos sujeitos confirmam o problema principal, que é identificado como a ameaça concreta ao espaço (bem público) de que os sujeitos desfrutam, quer numa relação direta, quer numa relação indireta. Isto é, quer como frequentadores da mata do Choupal, quer como residentes na cidade para a qual o Choupal tem um simbolismo próprio, quer ainda no modo como perspetivam a qualidade de vida na cidade, que será afetada pela construção do viaduto. Segundo os sujeitos:

Acho que as pessoas que estão nesta luta estão, porque de facto se opõem a que o IC2 passe no território que é neste momento a área da Mata Nacional do Choupal. Penso que é isso que é o grosso das pessoas do movimento. (Entrevista semiestruturada n.º 2)

A mim o projeto do viaduto causa alguma repulsa, porque nós temos assistido, de alguns anos a esta parte, a um delapidar da área florestal do Choupal. (Entrevista semiestruturada n.º 3)

Para mim é assim, qualquer intervenção no Choupal, aliás como podia ser na cidade inteira, ou é para fazer alguma coisa de jeito ou então mais vale estar quieto [...] [o Choupal] É uma zona bonita, cuidada por si só [...] E qualquer intervenção ali deveria ser o mais superficial possível, mexer o menos possível na natureza e sobretudo, em termos de limites... e no caso concreto daquela travessia para mim, é absolutamente desnecessária. (Entrevista semiestruturada n.º 4)

Consultando esse blog, percebi um bocadinho melhor o que estava em causa, e precisamente vindo de uma reflexão feita no concelho da cidade sobre questões absolutamente decisivas que se passam neste momento com o centro da cidade de Coimbra e da sua relação com rio, e de um potencial enorme que existe e que pode ser amputado através da implantação de uma circular na margem esquerda do Mondego, e que está prevista pela câmara municipal...que não é esta travessia do IC2 sobre o Choupal mas que joga com esse sistema. (Entrevista exploratória n.º 1)

O problema ali do Choupal não era, pelo menos na perspetiva da maior parte das pessoas que estavam no movimento, só o problema do viaduto. Era o problema do historial, que ao longo de trinta e tal anos, consumiu vinte e cinco por cento da mata, de toda a área. Foram obras públicas. [...] O primeiro grande ataque, um dos primeiros grandes ataques foi ali a ponte do Açude, nos anos setenta. Na altura consumiu uma vasta área também da Mata Nacional do Choupal e fez recuar a própria mata, para mais fora da cidade. Ela estava praticamente dentro da cidade. Havia uma ligação pedonal e o acesso estava mais próximo do centro da cidade. Depois veio aquela marginal junto ao rio que também cortou. E depois foi também a estação de tratamento de águas residuais que também roubou mais outra área significativa da mata. Depois, o canal de rega. E agora a questão do viaduto era mais cinco por cento, em termos de área. Era mais cinco por cento da área porque o Choupal ia receber ali mais um viaduto e era mais que óbvio que aquela ilha, aquela ponta entre o novo viaduto e a ponte do Açude, era uma área para ser abandonada. Mais cedo ou mais tarde, aquilo ia abaixo. A ideia era mesmo essa. (Entrevista semiestruturada n.º 2)

As conclusões que se retiram do «problema» na génese da ação coletiva da Plataforma do Choupal, são:

- a) O problema é complexo e admite campos interpretativos distintos, pelos membros do movimento, mas que se complementam.
- b) O problema prende-se com a perceção de uma ameaça que se identifica concretamente, de forma objetiva, por todos os membros do movimento.
- c) A ameaça comporta dimensões de risco, percebidas de formas distintas, que se complementam, conforme a sensibilidade dos membros do movimento.
- d) O problema relaciona-se diretamente com a ameaça e o risco.



Apresentado o problema, na perspectiva que aqui interessa analisar – da Plataforma do Choupal – e compreendida a relação existente entre a identificação de um problema, a identificação da percepção comum da ameaça, e as percepções de risco subjacentes, importa agora avançar no que toca à hipótese trazida pela presente dissertação.

### **2.3. QUESTÕES ORIENTADORAS**

Entende-se que a ação coletiva se gera pela ligação dos sujeitos a interesses privados e à estratégia que cada um executa, procurando na energia de um quadro coletivo a possibilidade de alcançar as suas finalidades. Compreendem-se os pressupostos com enfoque na «racionalidade» dos sujeitos e no interesse pessoal que cada sujeito tem em defender um bem comum que consome, ou usufrui. Considera-se a «racionalidade» um pressuposto por excelência para o desencadear da ação coletiva, por ser ela orientadora do «interesse», assim como se considera o fator «interesse» inerente à constituição de todos os grupos, conforme relembra Olson apoiado em Bentley (Bentley citado por Olson, 1998: 7).

Sendo assim, colocam-se algumas questões:

- a) O que distingue significativamente a ação coletiva de qualquer outro tipo de grupo?
- b) O que faz despoletar uma ação coletiva, para além do interesse «racional» dos sujeitos?
- c) O que provoca a agregação dos sujeitos para que eles ajam?
- d) Porque razão a ação coletiva não atinge os seus fins?
- e) O que é necessário para o sucesso da ação coletiva e sua perpetuação no tempo, no sentido de um «movimento social»?

As hipóteses colocadas perante as questões levantadas assentam na análise de caso da ação coletiva do movimento cívico da Plataforma do Choupal. Esta análise, apresentada de seguida, possibilita igualmente a exposição de propostas metodológicas de intervenção que se orientam para uma ação coletiva consagradora de participação e de transformação social e que se abordarão mais à frente.



### 3. ANÁLISE DE CASO

#### 3.1. OPÇÕES METODOLÓGICAS

O estudo aqui apresentado assenta em metodologias de pesquisa qualitativa ou interpretativa e na amostragem por caso único. Centra-se, sobretudo, na análise de conteúdo de entrevistas a elementos do movimento cívico Plataforma do Choupal e na análise de documentos referentes às acções do movimento.

Por análise de conteúdo compreende-se um processo interpretativo transportador de uma dimensão descritiva e decorrente das interrogações do investigador face ao objeto de estudo, no que Demazière considera uma análise indutiva de desenvolvimento dos próprios autores (Guerra, 2006b: 62-63).

A partir dos conteúdos das «vozes dos sujeitos» procurou-se analisar os comportamentos inerentes à ação coletiva protagonizada pelo movimento cívico, como um todo, e pelos seus elementos, de forma representativa, criando uma rede inteligível de acontecimentos e de motivações.

A intenção deste estudo não foi, nunca, o apuramento da veracidade dos argumentos gerados e defendidos por ambas as partes do conflito existente, mas sim a compreensão da ação coletiva dentro do seu perímetro e na sua relação com a ameaça.

A fase de pesquisa aconteceu num tempo em que o movimento cívico Plataforma do Choupal desanimou, tornando-se volátil a sua intervenção e mais difícil a relação entre a pesquisa e a ação do movimento. No entanto, este factor, permitiu um distanciamento dos sujeitos perante as suas ações, resultados e sentimentos, possibilitando uma leitura mais objetiva dos factos e dos percursos.

A amostra por caso único coloca a pesquisa perante uma tipologia de análise intensiva, tipo «estudo de caso» (Guerra, 2006b: 44), centrando-se, neste caso, na escolha de um caso de acção de um colectivo de sujeitos. Conforme este modelo, foram realizadas entrevistas aprofundadas e analisados outros materiais, tais como documentos, produtos da comunicação social (artigos de jornais e reportagens de televisão), sítios da internet e obras de referência teórica.

As entrevistas foram realizadas até se considerar a saturação dos conteúdos e conforme permitido pela disponibilidade dos entrevistados, pelas condições de comunicação entre os elementos do colectivo, e pelas condições do investigador e autor do estudo.

Após a compreensão das lógicas que mobilizaram os sujeitos em torno da ação coletiva, colocaram-se questões e procuraram-se hipóteses com base no conhecimento teórico e empírico do investigador e autor da dissertação.

A descrição da ação do movimento da Plataforma do Choupal faz-se numa reta de tempo e de conteúdos que orientaram a pesquisa. Por isso, inicia-se a apresentação da ação

do movimento pelo percurso histórico, direcionando-a depois para as problemáticas que lhe são inerentes, e que se cruzam com os campos de reflexão teóricos apresentados no capítulo

### **3.2. A AÇÃO DO MOVIMENTO CÍVICO PLATAFORMA DO CHOUPAL, NO TEMPO E NO ESPAÇO**

O espaço, sobretudo, o espaço urbano é hoje, aliás como outrora, em larga medida, o domínio por excelência da ação coletiva questionando formas de entender, de concertar interesses e lógicas divergentes e contraditórias.

(Guerra, 2000: 38)

#### **3.2.1. Da génese à desmobilização**

A Plataforma do Choupal é uma organização criada, e existente, em Portugal, no concelho de Coimbra, desde 2008. Consiste num grupo informal de cidadãos e de cidadãs residentes nesta cidade, ou na sua área envolvente, que se agruparam para contestar a construção de um viaduto rodoviário sob a mata nacional do Choupal. A Plataforma do Choupal não tem sede própria. Tem um sítio na internet<sup>12</sup> em cuja página de abertura se pode ler:

Este movimento foi dinamizado por um grupo de cidadãos que ficou perplexo e indignado com a viabilização pelo Secretário de Estado do Ambiente do atravessamento da Mata Nacional do Choupal por um viaduto variante ao traçado do IC2 em Coimbra.

Estes cidadãos organizaram-se informalmente no Movimento Cívico - Plataforma do Choupal com o objetivo de congregar esforços no legítimo combate a este atentado à natureza, ao património, à sociedade, à cidade e ao país.

Todos podem participar: informando-se, divulgando, agindo.

A Plataforma do Choupal reúne regularmente. As reuniões são abertas. TODOS SÃO BEM-VINDOS.

Conforme entrevistas realizadas aos participantes e fundadores da Plataforma do Choupal, Luís Sousa (Lóis) e Miguel Dias, o movimento foi originado pela associação de sujeitos sensíveis às notícias publicada no *blog* SOS Choupal, entre 29 de outubro e 11 de novembro de 2008.

A existência deste *blog* foi anunciada no jornal Diário das Beiras e consiste numa página fixa com publicações alusivas ao traçado da IC2 em travessia sob o Choupal, acompanhado de uma imagem<sup>13</sup>. Após o conhecimento das informações do *blog*, alguns sujeitos com

---

<sup>12</sup> <http://www.plataformadochoupal.org/>

<sup>13</sup> O *blog* <http://soschoupal.blogspot.com/> relaciona a decisão da travessia do rio Mondego pelo TGV (comboio de alta velocidade) em túnel, questionando porque não foi decidido da mesma forma para a travessia rodoviária relativa à IC2, acusando-a de “amputar o Choupal”.

anteriores participações cívicas no concelho de Coimbra e frequentadores da mata do choupal conversaram entre si e decidiram tomar ação. Entre eles surgiu uma personalidade do meio académico de Coimbra que já anteriormente se pronunciara sobre atentados ambientais no concelho de Coimbra (Entrevista exploratória nº2), (Entrevista semiestruturada nº2).

Um dia de manhã, surgiu no [jornal] Diário de Coimbra a notícia de um *blog* que traz uma notícia bombástica: que está planeada a travessia do Choupal por um viaduto. Era o SOS. Cada um por si tomou conhecimento da existência de um projeto desse género. (Entrevista semiestruturada nº2)

No início de dezembro de 2008 os sujeitos realizaram a primeira reunião com cerca de 7 participantes. Nesse momento, conforme testemunhos em entrevista, definiram-se como estratégias:

- a) Obter informação sobre o assunto;
- b) Avançar com uma subscrição pública;
- c) Realizar um conjunto de ações de animação que captassem a atenção para o que consideravam ser o problema em causa.

Nós delineámos uma pequena estratégia que passou, precisamente pela obtenção da informação, mais detalhada sobre a questão e passou pela decisão de se avançar com uma qualquer subscrição [...] e de imediato surgiu a ideia de um «abraço» também, a ideia de abraçar o Choupal, que se realizou aí em inícios de fevereiro [de 2009]. (Entrevista exploratória nº2)

Depois foi criado um sítio na Internet para informação das atividades do movimento e do problema. Em fevereiro de 2009 formou-se o grupo que se manteve mais participativo, constituído por 12 a 20 pessoas com participação frequente nas reuniões. Até janeiro de 2010 (data da primeira entrevista exploratória) tinham sido realizadas 38 reuniões, tendo sido 26 realizadas até julho de 2009.

Aproveitando contributos de participantes empenhados, o movimento iniciou uma campanha de divulgação da contestação à passagem da IC2 sobre o Choupal denominada “Não me obriguem a passar sobre Choupal”. Foi sugerido aos automobilistas aderentes à causa que imprimissem a imagem disponibilizada no *site* da Plataforma do Choupal e a colocassem nas suas viaturas, como forma de promoção da ação de contestação (figura 3.1).

Para promoção da causa, e da mata do Choupal, o movimento definiu a realização de atividades que mobilizassem a população de Coimbra, chamassem a atenção da população local, dos meios de comunicação social, e por conseguinte, da sociedade portuguesa. Interessava fazer compreender o Choupal enquanto espaço a preservar na cidade e sensibilizar para a ameaça de que consideravam estar a ser alvo este espaço. Para isso definiram um conjunto de atividades para as quais mobilizaram outras organizações e sujeitos, entre os quais artistas e figuras conhecidas da sociedade portuguesa.



*Figura 3.1.: Autocolante da campanha de divulgação da contestação à passagem da IC2 sobre o Choupal.*

A linha criativa que a Plataforma envergou no pensar das atividades, levou à definição de uma estratégia para a realização das atividades. Esta estratégia tinha em conta o assinalar das estações do ano com uma atividade. Assim, em 2009 foram realizadas atividades na primavera, no verão, e no outono. Outras atividades, igualmente pontuais, foram realizadas noutros momentos do ano.

Uma panóplia de atividades, organizadas por um grupo relativamente inexperiente mas repleto de energia e criatividade, animou o território do Choupal e alguns outros espaços da cidade de Coimbra. Identificam-se duas tipologias de atividades:

- a) Atividades pontuais
- b) Atividades de frequência.

As atividades pontuais são as realizadas numa data pré-definida, sem intenção de repetição e com objetivos de impacto orientados para a mediatização e mobilização de parceiros e participantes. São atividades de natureza sociocultural e de ocupação do tempo livre.

As atividades de frequência são atividades que perduram no tempo e não têm uma data específica para a sua execução. Ao mesmo tempo estão dependentes da disponibilidade de colaboradores e das instâncias às quais são dirigidas. São atividades de cariz político e jurídico.

Nos quadros 1 e 2 apresentam-se as atividades mais significativas realizadas pela Plataforma do Choupal ao longo do seu tempo de existência, conforme os conteúdos das entrevistas e material relativo à história do movimento, disponibilizado pelos elementos fundadores.

Quadro 3.1.: Atividades pontuais realizadas no âmbito da ação da Plataforma do Choupal.

Atividade	Data	Descrição	Local	Organizações parceiras	Nº Participantes
<b>Petição pública</b>	2009	Petição contra a construção da IC2 e contra a declaração de impacte ambiental do secretário de estado do ambiente.	Internet	----	10.000
<b>“Cordão humano pelo Choupal”</b>	15 de fevereiro 2009	“Abraçar” o Choupal com pessoas juntas.	Mata Nacional do Choupal	ICNB; Bar do Choupal; ESECTV; Escuteiros da Grupo 222 de Escoteiros da Adémia.	1.300
<b>“primavera pelo Choupal”</b>	14 de março 2009	Espetáculo artístico com a participação de: Manuel João Vieira; JP Simões; Ena Pá 2000; Diabo a Sete; Quarto Minguante.	Teatro Académico Gil Vicente (TAGV)	TAGV; ESECTV; Quarto Minguante; Diabo a Sete.	Sem dados
<b>Idas ao Parlamento à</b>	Março e abril 2009	Apresentação da situação à Comissão de Obras Públicas e Administração Local.	Assembleia da República	-----	Sem dados
<b>Recepção na Câmara Municipal de Coimbra</b>	Março 2009	Reunião com a autarquia para discussão do caso.	Passos do concelho da Câmara Municipal de Coimbra	-----	Sem dados
<b>“Limpeza do Choupal”</b>	10 maio 2009 e 20 março 2010	Limpeza parcial da Mata do Choupal.	Mata Nacional do Choupal	ICNB; CM Coimbra Grupo 222 Escoteiros da Adémia Iniciativa Limpar Portugal	50
<b>“Uma espécie de corrida pelo Choupal”</b>	26,27,28 de junho de 2009	48 horas de prática desportivas, sem interrupção.	Mata Nacional do Choupal	ICNB; Bar do Choupal; Centro Hípico de Coimbra; Clubes de Atletismo; Clubes Desportivos.	
<b>“outono pelo Choupal”</b>	Outubro 2009	Ateliers de índole ambiental e artística com crianças, dinamizadas pelo pintor Mário Silva.	Mata Nacional do Choupal	Associação Ambientalidades.	Sem dados
<b>Debate político sobre o Choupal</b>		Debate entre candidatos à autarquia, relativo ao Choupal e à construção da IC2.	Mata Nacional do Choupal	—	Sem dados

Quadro 3.2.: Atividades de frequência realizadas no âmbito da ação da Plataforma do Choupal.

<b>Atividade</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Local</b>	<b>Organizações parceiras</b>	<b>Nº Participantes</b>
<b>Reuniões semanais</b>	Até julho 2009 = 28 Até fevereiro 2010 = 38	Reuniões de discussão de estratégias, e propostas de atividades.	Galeria-Bar Santa Clara; Café Santa Cruz Café Trianon Café Avenida	—	8 a 20. Com frequência: 12 a 14.
<b>Ação Judicial</b>	2009 até à atualidade	Ação judicial contra a DIA, interposta por elementos da Plataforma do Choupal mas não formalmente pelo movimento.	Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra	—	22
<b>Reuniões com deputados e grupos parlamentares</b>	2009 e 2010	Reunião com deputados e grupos parlamentares de vários partidos políticos para sensibilização para a o problema do Choupal.	Coimbra; Assembleia da República	—	Sem dados
<b>Ação Popular</b>		<b>Ação jurídica contra o Estado</b>			7 promotores (membros da Plataforma)



As motivações para a ação da Plataforma do Choupal prendem-se, evidentemente, com o interesse que cada membro tem em relação à sua concepção do território ameaçado e da utilização que lhe dá, ou que lhe pretende dar. São três os campos de orientação da motivação para a ação apresentados através das motivações e percepções pessoais e que se prendem com os domínios de risco, identificados anteriormente. São eles:

- a) Motivação orientada para a defesa do ambiente e «espaços verdes»;
- b) Motivação orientada para a mobilidade e qualidade de vida na cidade;
- c) Motivação orientada para as questões políticas e da participação.

Ilustram estas tipologias as palavras dos atores:

Identifico as questões do património imaterial, ligado às questões do fado e do hiperromantismo e não sei quê, as questões ambientais, as questões da mobilidade, as questões que têm a ver com algum ressabiamento perfeitamente justificado sobre o permanente maltratar da cidade relativamente a vários aspetos, tudo isso junto acabou por congrega e mobilizar aqui alguma coisa.

(Entrevista semiestruturada nº 1)

[...] Havia pessoas apenas que achavam que aquele pedaço da sua cidade era de todos nós, havia pessoas que apenas achavam demasiado o dinheiro, de tudo. As motivações eram diversas embora pense que toda a gente tivesse algum... acho que toda a gente tinha, por um lado, a preocupação com a sua cidade, porque eram pessoas daqui que queriam viver melhor, isso sim era transversal, e com algum prazer pela natureza, por um pouco de verde.

(Entrevista semiestruturada nº4)

Todo esse tipo de contributos foi aceite, toda a gente era útil nem que fosse pelo número, nem que fosse porque via o Choupal numa perspetiva só sua, podia até ser puramente egoísta: por exemplo eu gosto de ir para lá andar com a minha bicicleta e portanto, não quero... (Entrevista semiestruturada nº4)

Foi essa a motivação. Uma predisposição já para questões ambientais. Ali na questão do choupal, uma em particular é que eu era utente do Choupal e senti-me pessoalmente atacado, agredido, com um projeto daqueles.

(Entrevista. Semiestruturada nº2)

Chego à Plataforma do Choupal muito mais por questões de ordem urbana que têm a ver claramente com o centro histórico do que propriamente com o atentado evidente que existe relativamente à Mata do Choupal. (Ent. Exploratória nº 2)

Chegámos a ter motivações claramente de visibilidades, protagonismos bacocos, coisas dessas. Chegamos a ter participações desse tipo. (Ent. Semiestruturada nº1)

[...] Havia pessoas apenas que achavam que aquele pedaço da sua cidade era de todos nós, havia pessoas que apenas achavam demasiado o dinheiro, de tudo. As motivações eram diversas embora pense que toda a gente tivesse algum... acho que toda a gente tinha, por um lado, a preocupação com a sua cidade, porque eram pessoas daqui que queriam viver melhor, isso sim era transversal, e com algum prazer pela natureza, por um pouco de verde. (Entrevista semiestruturada nº4)

O percurso da ação coletiva da Plataforma do Choupal iniciou-se no final do ano de 2008, altura em que a ameaça da construção do viaduto sobre o Choupal era um perigo iminente. Ao longo do ano de 2009 o movimento realizou uma série de atividades nos campos jurídico, sociocultural, e político. Durante este tempo deram-se uma série de acontecimentos pessoais, políticos e económicos que afetaram os dois lados da problemática.

No campo económico, o brusco surgimento da atual crise, originada por uma crise financeira, que condicionou politicamente a despesa pública em obras que ainda não estavam adjudicadas e que, à partida, não eram urgentes nem muito relevantes para o desenvolvimento nacional. Por outro lado também afetou os sujeitos, no sentido em que é necessário cada sujeito dar mais atenção às suas condições e ao desempenho profissional e controlar mais os custos de consumos extraordinários, como os necessários na manutenção da participação num movimento cívico (reuniões nos cafés, deslocações, compra de materiais).

No quadro político deram-se mudanças no executivo da autarquia e realizaram-se eleições legislativas. Por um lado a autarquia manteve a sua postura de ignorar o movimento, apesar dos pedidos de reunião e manteve o entusiasmo na obra em questão. Por outro lado, foi anulado o concurso de adjudicação da obra, condicionado pelo orçamento público em tempo de crise.

No plano pessoal, dois dos elementos fundadores e considerados mais ativos (mas nunca considerados líderes) do movimento, iniciaram a sua primeira paternidade. Um dos elementos passou a residir (por motivos profissionais e familiares) noutra cidade. Estas alterações nas vidas pessoais afetaram, evidentemente, as disponibilidades e, por naturalmente, as disponibilidades.

Nestes contextos, a relação entre o movimento e a ameaça também sofreu uma rotação. Com efeito, os elementos da Plataforma do Choupal sentem que, embora esteja ainda em risco o Choupal, não está em perigo devido à anulação do concurso. Sentem também que este tempo de indefinição em relação à obra deveria ser um tempo de recuperação das energias e de promoção da causa do movimento.

Apontam os fenómenos acima descritos como causas de estagnação da ação do movimento, embora nunca o considerem extinto, e assumem, claramente, uma desmobilização que se pode explicar pela fórmula anteriormente apresentada.

Relativamente à «*performance*» do movimento, Miguel Dias refere que “Se nós medirmos a atividade... Eu suponho que a notícia de que aquilo ia ser feito é de novembro de

2008, suponho eu. A atividade toda mais forte desenvolve-se na primavera de 2009” (Entrevista semiestruturada nº1). Outros atores manifestam os seus pontos de vista da seguinte forma:

Nós no inverno não conseguimos fazer. Nós tínhamos de facto uma iniciativa preparada mas todos estes movimentos são feitos das energias cidadãs e por vezes há indisponibilidades e há momentos mais complicados.

(Entrevista exploratória nº2)

Agora, já nessa altura, nós estávamos com um défice de atividades, de reuniões, neste momento, em termos de movimento eu posso dizer que ele não existe. Verdadeiramente nós sabemos que podemos encontrar-nos, se assim o entendermos, a verdade é que os últimos encontros não foram produtivos.

A última vez que reunimos foi para aí em março ou coisa assim. Decidimos que era preciso fazer isto, aquilo e aquele outro e verdadeiramente não se fez. Se me perguntares porquê, não sei. (idem)

Mas eu acho realmente que aquele fim de semana de junho de 2009 foi o cume, foi atingir o apogeu e depois era de facto... A partir dali, realmente, significa sempre a descer.

(Entrevista semiestruturada nº2)

E pronto, e depois houve essas reuniões com os grupos parlamentares e depois a Plataforma caiu nalgum marasmo. (Entrevista semiestruturada nº3)

Em relação às causas de desativação da Plataforma do Choupal, Luís Sousa afirma perentoriamente que é “Porque as pessoas têm muitas coisas para fazer na vida e têm de se envolver em vários campos da sua atividade profissional, familiar, seja o que for e é assim.” Outros elementos confirmam assim:

A minha explicação para isso é muito simples, é que de facto a ameaça deixou de existir e portanto as pessoas relaxaram. Verdadeiramente, aquilo que é importante aqui é isto: a ameaça real e iminente é retirada, o movimento enfraquece. O período alargado de tempo que nós estamos a viver em que a ameaça não existe seria extraordinário para que o movimento ganhasse mais força e aniquilasse de vez a iniciativa. Não é isso que está a acontecer, não foi isso que aconteceu. Tenho dúvidas de que venha a acontecer.

(Entrevista semi-estruturada nº1)

[...] a intensidade da luta diminui imenso. Diminuiu imenso por vários fatores: um foi precisamente a anulação do concurso, a perceção de que começámos a ganhar, de que do outro lado havia uma fraqueza que era a fraqueza financeira, que possivelmente não haveria dinheiro para realizar a obra e acho que foi sobretudo por essa via que se deu alguma desmobilização da plataforma.

(Entrevista semiestruturada nº2)

Ultrapassado o risco iminente da construção do viaduto, se calhar as pessoas desmobilizaram por causa disso. [...] dá-me a sensação que a situação política e a situação de crise e o nós sabermos que o viaduto, pelo menos para já e durante algum tempo, se calhar está fora de questão, levou a um certo, a uma certa desmobilização. Mas penso que a desmobilização, que não deixa até certo ponto de ser natural, embora me pareça excessiva. Isto é, houve uma desmobilização excessiva. A vida do Lois também se complicou, e tu deves saber que o Lois é um dos grandes impulsionadores disto, não é? (Entrevista semiestruturada nº3)

[...] a petição é obviamente um momento alto, que é o que nos dá a legitimidade para falar em nome de muita gente, como é óbvio. Um momento anterior a esse, foi o momento em que, não sei exatamente quem, se apercebeu do que ia ser feito e iniciou essa movimentação. Depois então essa petição, ou o abraço e a petição que se seguiu para poder ter a Plataforma, e depois não é o momento, é o estar atento sempre. Isso são para mim três fases fundamentais. [...] Houve alturas em que era preciso haver mais atividade.

(Entrevista semiestruturada nº4)

Houve momentos em que foi preciso ir mais longe porque era mais iminente, ou porque havia alguém que estava a mobilizar-se nesse momento, ou porque mudava a câmara, ou porque o primeiro-ministro estava na cidade. (*idem*)

Os fatores externos é que determinavam se precisávamos de nos mexermos mais ou não, que aquilo não é nenhum grupo profissional [...] Quando a ameaça se encontrava mais próxima, a perceção da ameaça era mais clara e a sensação de risco era maior. (*idem*)

Em relação ao seu estado de atividade a Plataforma do Choupal Miguel Dias assume que “Agora, neste momento, a plataforma, objetivamente, está parada” (Entrevista semiestruturada nº2). Com efeito, após um ano de contestação, a Plataforma do Choupal esmoreceu e encontra-se estagnada, mas não desativada.

Segundo os fundadores do movimento, deve-se este enfraquecimento a um cansaço acumulado ao longo de um ano de ação, ao ritmo das vidas pessoais e profissionais dos elementos do movimento “porque as pessoas têm muitas coisas para fazer na vida e têm de se envolver em vários campos da sua atividade profissional, familiar, seja o que for” (Entrevista semiestruturada nº1)

A estes fatores alia-se a extinção do concurso público para adjudicação da obra da IC2 sobre o Choupal, por razões orçamentais, que se julgam relacionadas com a atual crise económica e financeira que afeta em grande parte o Estado Português.

No que concerne à ação estratégica, ou de «luta», o grupo definiu estratégias em três domínios distintos:

- a) Jurídico;
- b) Político;
- c) Social.

No domínio jurídico, procuraram e utilizaram procedimentos judiciais e processos legais que pudessem inviabilizar a construção do viaduto, assim como respeitar os sistemas legais de estudo de impacto ambiental e regulamentos de adjudicação.

No domínio político procuraram sensibilizar os vários representantes políticos a nível local e nacional para os potenciais impactos e resultados da construção do viaduto. Procuraram igualmente chamar a atenção para os erros praticados pela entidade adjudicadora da obra no que se refere ao ignorar os estudos de impacto ambiental realizados.

No domínio social empreharam-se em mobilizar pessoas frequentadoras do Choupal, residentes na cidade de Coimbra e outros sujeitos sensíveis ao problema, implicando-os em ações de animação sociocultural, para os quais mobilizaram e implicaram associações e empresas locais, tornando-as parceiras da animação do território e da ação coletiva, de natureza institucional.

### **3.2.2. Participação: os imperativos de democracia, estrutura e liderança**

No que concerne à participação, é pertinente apontar dois tipos de participação: Participação orientada para o exterior; participação orientada para o interior.

A participação orientada para o exterior contempla a participação da Plataforma na governança da cidade, numa matriz de exercício de cidadania como se pretende e um sistema democrático atual. Dá-se num quadro de expectativas que a democracia acarreta actualmente nas sociedades ocidentais, e que perante a complexidade crescente das mesmas se tem tornado fundamental corresponder à diversidade de interesses e necessidades dos sujeitos e dos grupos que compõem estas sociedades.

Efectivamente, a participação é o meio pelo qual os sujeitos podem ser incluídos nos processos de tomada de decisão e nas análises relativas aos problemas que os afectam directamente, sendo isto um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável (Lammerink, 2001:1).

Pretende-se com a participação dos sujeitos nestes processos uma mais clara e maior eficácia na resolução dos problemas. Por isso este processo é uma realidade emergente que congrega uma série de argumentos a seu favor. No entanto, é uma realidade também ignorada

por muitos órgãos administrativos, alegando a demora na resolução dos problemas por razão de serem várias as vozes que se manifestam. Curiosamente, muitos dos discursos políticos apresentam a participação como um factor de desenvolvimento local e de proximidade política entre os órgãos de administração local e as populações.

No caso da construção do viaduto sobre o Choupal, os elementos da Plataforma dizem não ter havido vontade política em envolver os frequentadores da Mata Nacional do Choupal na resolução do que se tornou um problema, tendo em conta o conflito de interesses entre os sujeitos contra a construção do viaduto e o governo, e a edilidade local.

O contacto ocorrido entre o movimento cívico e a autarquia foi um momento único, marcado pela refutação das opiniões e visões da Plataforma do Choupal. Segundo Luís Sousa e Miguel Dias, a autarquia nunca viu o movimento como parceiro de um processo de planeamento territorial.

Segundo Luís Sousa e Miguel Dias, a autarquia nunca viu o movimento como parceiro de um processo de planeamento territorial.

O movimento conseguiu reunir apenas uma vez com a autarquia, e poucas vezes com deputados de partidos políticos, sem que tivesse sortido qualquer efeito significativo, senão, nalguns casos, um efeito mediático.

“[...] pedimos à câmara municipal uma audiência, e pura e simplesmente, não obtivemos sequer resposta. Nem sim, nem não. Nada! [...] Tivemos uma reunião com um membro da câmara, que nem sequer foi o Carlos Encarnação [Presidente da Câmara Municipal de Coimbra durante o processo do movimento e até Janeiro de 2011] que nos recebeu.”

(Entrevista semiestruturada Nº2 – Miguel Dias)

“Depois dessa vez nunca mais fomos contactados para coisa nenhuma, nem como parceiros nem como coisa nenhuma.”

(Entrevista semiestruturada Nº1 – Luís Sousa)

A participação orientada para o interior centra-se no compromisso e nas «energias» que cada elemento traz ao movimento. Uma vez que não está definida uma liderança específica, e que assim se pretende manter o movimento, não seria difícil surgirem propostas de ação independentes. Com efeito, foi assim, pelas propostas de membros do movimento, que as atividades se foram realizando.

No entanto, um ponto de vista cético em relação a esta questão, leva a colocar em causa a não existência de lideranças e antevê, negativamente, as consequências dessa ausência. A participação dos elementos na Plataforma dava-se voluntariamente, uma vez que “a distribuição de papéis, acho que era uma coisa natural. Era uma coisa natural. [...] Portanto, a coisa sempre muito, vamos-lhe chamar orgânica, quer dizer, em si natural, espontânea” (Entrevista semiestruturada nº2).

Olhar este ponto de análise sugere voltar aos conceitos de desenvolvimento apresentados atrás, e à «fileira» de desenvolvimento das pessoas e das comunidades. Esta «fileira» das pessoas e das comunidades, conceptualizada por Roque Amaro, integra os conceitos de desenvolvimento comunitário, desenvolvimento local e participativo, e apresenta-se também como a «fileira vermelha» devido ao seu carácter militante e de orientação ideológica socialista e marxista. Como já referido, a associação à cor vermelha surge no seguimento dos movimentos sociais dos anos sessenta e setenta, na Europa ocidental, nomeadamente do Maio de 1968, em França, e do 25 de Abril de 1974 em Portugal.

A procura com uma coerência ideológica, ainda que não totalmente assumida, dentro do movimento da Plataforma do Choupal, leva a um comportamento organizacional que se pauta pelos referenciais das iniciativas de desenvolvimento local de tipologia militante, anteriormente apresentados (ver 1.3.2.).

Esclarece-se, pelas vozes dos entrevistados, tanto o teor de militância residente na Plataforma do Choupal, como a associação da cor vermelha à «fileira» das pessoas e das comunidades:

As pessoas que me acompanharam, os amigos com quem eu fui e as pessoas que lá estavam (obviamente havia pessoas que lá estavam de partidos, com filiação partidária ativa, representantes ativos de partidos) mas, digamos, as pessoas que se juntaram à volta disto [...], não eram pessoas de um único partido. Obviamente, a ligação a partidos faz com que as pessoas tenham já uma participação ativa na sociedade, de outra forma praticamente a nossa participação é inexistente. (Entrevista semiestruturada nº4)

E aliás, basta o Zé Manuel Pureza; veio reunir connosco, não era por ser de Coimbra, era porque provavelmente também sentiu uma certa ligação, não é? Aliás o Bloco [de Esquerda] desde os primeiros meses que acompanhou toda a criação e desenvolvimento da Plataforma. Faz sentido, é perfeitamente natural que sim.

(Entrevista semiestruturada nº 3)

Eu estive nisto sempre como cidadão. Tenho de facto uma filiação partidária mas a filiação partidária não me tira o direito de me indignar enquanto cidadão e de fazer as coisas também enquanto cidadão. Nunca fiz isto para que o meu partido político tirasse algum dividendo político da questão, antes pelo contrário.

(Entrevista semiestruturada nº2)

Pela importância que este posicionamento do movimento adquire, no que concerne às formas de participação, orientada para o interior e para o exterior, apresenta-se o gráfico da autoria de Alcides A. Monteiro, dando a compreender as características do movimento cívico estudado (figura 3.2).

Efectivamente, a Plataforma do Choupal age a partir do sentimento de um coletivo «Nós» face à contestação de um modelo de *governança*, recusando aceitar o poder administrativo como representante real de uma tutela à qual sentem que não pertence, uma vez que não defende as necessidades do seu campo tutelar.

Em relação a outras instituições, a Plataforma do Choupal estabeleceu parcerias com variadas organizações a fim de organizar atividades pontuais (ver quadros de atividades). Neste sentido, esteve perante a oportunidade de promover uma ação coletiva institucional, caso as instituições parceiras pretendessem manter uma ação convergente com a da Plataforma do Choupal. Caso, também, os membros da Plataforma do Choupal tivessem a disponibilidade desejada e um *know-how* de carácter técnico no que concerne às metodologias de diagnóstico e planeamento participativas, e à mobilização de recursos em torno de um projeto de intervenção.

Neste contexto, sente-se a falta de uma estruturação que se poderá situar entre a liderança interna e a colaboração de animadores socioculturais, enquanto membros do movimento. Por um lado, a liderança, assumida, confere uma orientação ao coletivo, por outro, as técnicas de animação sociocultural comportam oportunidades de mobilização de recursos de planeamento, orientadas para a sustentabilidade das ações.

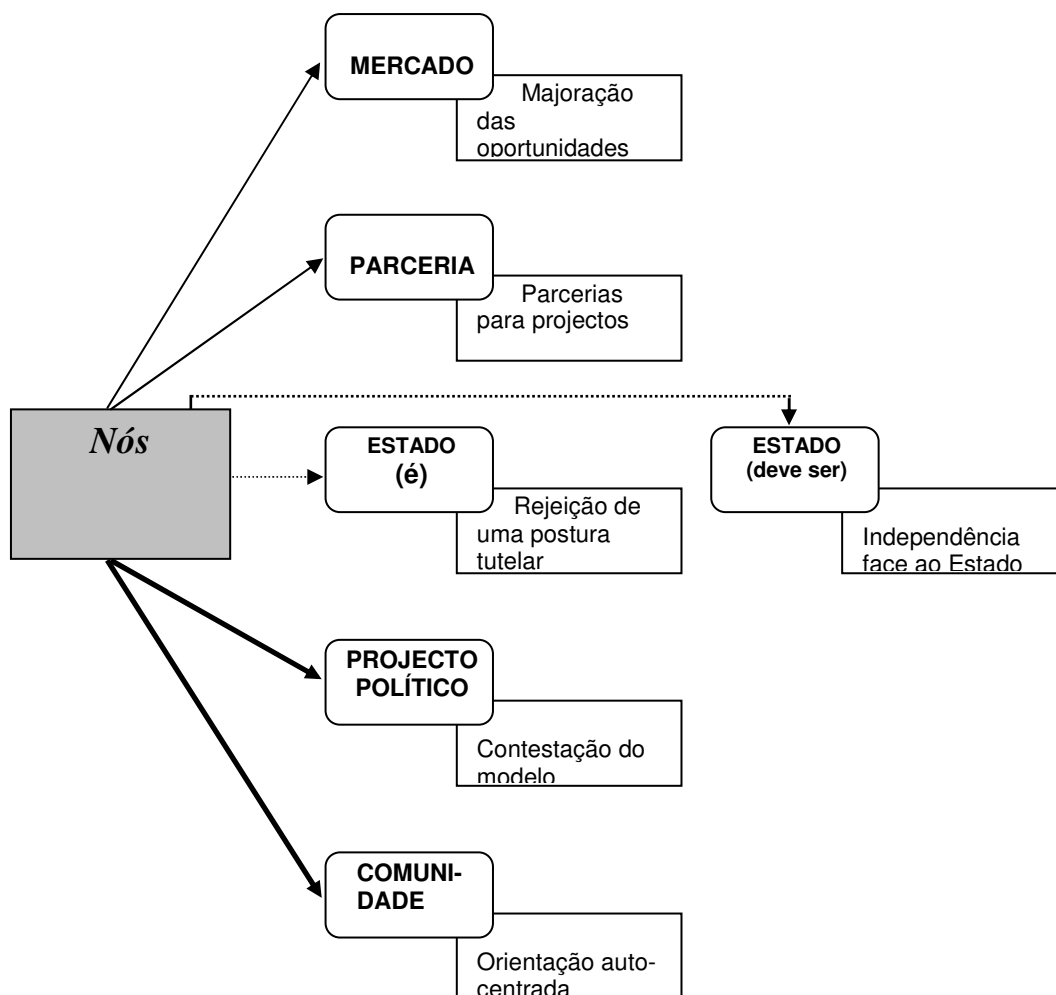


Figura 3.2:: Gráfico de compreensão da tipologia «militante» das iniciativas de desenvolvimento local. Autoria: Alcides A. Monteiro



No quadro da pesquisa por entrevista, José Pinto, participante na Plataforma, questionado sobre a «liderança» no movimento responde que “Eu acho que não há cúpula nenhuma” (Entrevista semiestruturada nº3). Outros atores do movimento cívico confirmam mas deixam espaço aberto a céticas interpretações:

Não [havia nenhum tipo de liderança], obviamente havia pessoas que tinham, eu não digo mais disponibilidade de tempo, mas que se disponibilizaram mais em termos da sua vida e do seu tempo para isso. E, obviamente, estavam mais presentes, sabiam mais do assunto, tinham conhecimentos mais técnicos desta ou daquela área, estavam mais ao corrente do que se estava a passar, e obviamente tiveram uma posição mais preponderante, sim. (Entrevista semiestruturada nº4)

Por isso as reuniões entre nós nem sempre eram consensuais, mas eram muito democráticas, pelo menos. Por isso é que deu para trabalhar tanto tempo e dar, se for preciso voltar à carga. (Entrevista semiestruturada nº4)

Ela [liderança] nunca foi discutida. Eu acho que as coisas aconteciam por acontecer, e aconteciam de uma forma espontânea e quase natural. As pessoas agiam um pouco de acordo com aquilo que podiam dar à plataforma. (Entrevista semiestruturada nº2)

Com efeito, o «deixar que coisas aconteçam por acontecer» pode levar ao conflito interno no grupo, uma vez que a reclamação e o reconhecimento de lideranças são dinâmicas inevitáveis nos grupos e permitem estrutura. Não se poderá afirmar que tenham sucedido conflitos fulcrais na Plataforma do Choupal, no entanto, surgiram, inevitavelmente, discussões e a formação de «partes». Aspetos que poderão estar, também, na causa da desmobilização a que se assiste, até porque “[...] a partir de um determinado momento começaram também a aparecer alguns conflitos dentro da própria Plataforma em relação ao tipo de liderança e do tipo de opções a tomar” (Entrevista semiestruturada nº2)

### **3.2.3. Salvem El Cabanyal: um caso de ação coletiva com sucesso**

A título de reforço, confronto, ou de relativa comparação, enuncia-se o caso da construção da avenida Blasco Ibañez, em Valência, Espanha, cujo plano de prolongamento, até ao mar, contempla a destruição de 600 habitações e de cerca de 1600 pessoas, numa parte significativa de um antigo bairro da cidade – El Cabanyal<sup>14</sup>.

O plano em causa remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando o ideal de «cidade moderna» contemplava a construção de largas e elegantes avenidas. E tem-se

---

<sup>14</sup> Ironicamente a o nome da avenida alude ao poeta valenciano Blasco Ibañez, que no bairro do Cabanyal de estabelecia em busca de inspiração. A frequência do bairro pelo poeta conferiu também a este espaço uma dimensão romântica e fama, que ainda hoje, apesar da degradação do mesmo, permanece.

estendido por todo o século XX até à actualidade, sendo promovido por diversos governos da província de Valência.

Desde 1998, um grupo de moradores e amigos do bairro formaram um movimento cívico denominado Plataforma Salvem El Cabnyal, que reage, contra a ameaça da avenida, relembrando a pequena aldeia gaulesa de Astérix contra a hegemonia do império Romano.

A Plataforma Salvem El Cabanyal, com treze anos de existência, refere a obrigatoriedade de uma liderança e de uma estrutura, como fator de sucesso e de perseverança do grupo. Emílio Martínez, dirigente deste movimento de cidadãos, lembra que “Necessariamente deben haber líderes reconocibles por todos.” (Entrevista estruturada nº1) e aponta como fatores determinantes para a força e dinamismo do movimento a existência de “objetivos, liderazgo, creatividad, empatia” (idem).

Usando o caso da plataforma Salvem El Cabanyal, como reforço dos argumentos aqui tecidos, verificamos que, em relação à situação e performance do movimento, e à relação com a ameaça são referidos alguns aspetos que nem sempre se encontram na Plataforma do Choupal. Aspetos que, não recebendo manutenção, estão na base da desmobilização dos movimentos. Ao mesmo tempo, reforçam as ideias exploradas neste capítulo. Assim, sobre o facto de o movimento se manter ativo, Emílio Martínez, esclarece sinteticamente “porque el porblema sigue estando”. Isto é, a ameaça mantém-se e o perigo também, logo, a ação coletiva não se desmobiliza.

Questionado sobre se considera haver uma relação de força entre a ameaça e o dinamismo do movimento, Emílio confirma que, da sua experiência, a ameaça influi no dinamismo da ação e explica que “cuanto mayor es la amenaza hay una mayor implicación, una mayor predisposición a colaborar con las propuestas que surjan y hay una implicación más personal” (Entrevista estruturada nº1).

No entanto, para a plataforma Salvem El Cabanyal, não considera que a ameaça influencie por completo a dinâmica do movimento e a sua continuidade no tempo. Complementa-se com a estruturação da ação em torno de objetivos, de uma liderança definida, de propostas criativas e da potencialização das relações humanas, através das empatias.

O exemplo de Salvem El Cabanyal serve de mote para a apresentação de hipóteses relativas à problemática da ação coletiva, assim como de propostas metodológicas que tragam maior eficiência e eficácia aos movimentos cívicos orientando-as na consecução da sua finalidade que é a transformação social através da construção de novos modelos de democracia.

Pois, tal como a Plataforma do Choupal, muitas experiências de ação coletiva dependem em exclusivo das energias cidadãs, muitas vezes enfraquecidas, outras vezes, não especializadas. Do caso analisado cumpre surgir com propostas que preencham as lacunas existentes nos quadros da liderança e da mobilização de recursos, animando e capacitando para a participação ativa e para a consolidação das práticas e do movimento, enquanto movimento social.

#### 4. HIPÓTESES E PROPOSTAS

Analisado o caso de ação coletiva da Plataforma do Choupal, na sombra das problemáticas que lhe são inerentes, expostas no capítulo anterior, e sobre um plano de pressupostos teóricos abordados inicialmente, cabe agora responder às questões levantadas anteriormente, através do levantamento de hipóteses e exposição e propostas metodológicas.

As hipóteses apresentadas vão ao encontro da função que a «ameaça» tem no despoletar da ação coletiva, surgindo como fator mobilizador dos sujeitos em torno da ação coletiva, numa dimensão distinta daquela que é trazida pela racionalidade e pelo interesse.

Identificam-se então duas condições da ameaça na ação coletiva:

- a) Valor «emocional»;
- b) «Força» desencadeadora.

A «ameaça» comporta, em si, um valor emocional, pois é em reação a ela que os sujeitos se dispõem a agir e a mobilizar-se. O entendimento da ameaça como portadora de um valor emocional traduz-se pelo fato de que os sujeitos não racionalizam o seu ímpeto para a ação, quando se dá a ameaça aos seus bens ou condições. Está-se perante um fator de complemento à «racionalidade» de Olson e ao interesse enquanto fator dominador da motivação para a ação. Está-se perante um fator que comporta compromisso do sujeito em relação à ação. Quanto maior a relação do sujeito com o bem em risco, maior a possibilidade de agir em reação.

No caso analisado, os sujeitos agiram, ou procuraram o coletivo, devido à relação que têm com o bem ameaçado. Esta relação dá-se num quadro de usufruto e consumo, mas também numa dimensão emocional. Efetivamente, a lesão sentida sob o usufruto do bem coletivo leva à ação de reação, de foro emocional, anterior à reação racional, do interesse e da mobilização dos recursos.

O valor «emocional» da ameaça é condição para o desencadear e para o manter da ação coletiva. É também condição para a existência de uma «força» que desencadeia a ação coletiva, por parte dos sujeitos, e que a mantém, num quadro de percepção do risco que paira sobre os seus bens.

Como se verificou no caso analisado, a ação coletiva deu-se pela capacidade que um grupo teve de perceber e identificar uma ameaça concreta, e em comum, assim como perceber individualmente os riscos inscritos nessa mesma ameaça. A corporalização da ameaça dá-se, no entanto, pelo um acontecimento que se torna, ele próprio desencadeador.

Nalguns grupos sociais torna-se difícil identificar um acontecimento que conduza à ação coletiva. O quotidiano confronta os cidadãos com inúmeras possíveis causas de ação coletiva mas as suas formas voláteis não permitem identificar algo em concreto. Por isso, muito

do descontentamento dirigido às tomadas de decisão política não encontra uma corporização, como a criação de movimentos cívicos e suas ações.

Pode-se, então, afirmar que «algo concreto» necessita acontecer para que se dê ação coletiva. Compactua-se, assim, com a teoria da ação coletiva centrada no estudo do comportamento coletivo, que segue a análise clássica dos movimentos sociais, propondo que a ação coletiva existe quando se dá “um acontecimento desencadeador que provoca agitação na multidão” (Guerra, 2001: 63). Neste caso, os sujeitos agem, naturalmente, consoante o sentimento de risco representado pelo acontecimento desencadeador, o qual consideram uma ameaça. O fator «ameaça» coloca a ação coletiva perante um cruzamento entre a dimensão da racionalidade do sujeito e a dimensão emocional, que motiva o sujeito e o faz sentir «energia» em agir.

Esta hipótese de génese da ação coletiva torna-se útil na compreensão do caso da Plataforma do Choupal, cujo movimento de cidadãos e cidadãs se criou em defesa de um território contra a construção de um viaduto rodoviário. Neste caso, o conflito existente no centro da ação coletiva surge da ameaça que se relaciona com o risco, ou os riscos, que os sujeitos percecionam em relação ao usufruto do bem coletivo que é a mata nacional do Choupal e a sua relação com a cidade de Coimbra.

Quer isto dizer que a ameaça não pode ser considerada de forma independente porque está associada ao nível de risco existente, ou sentido pelos sujeitos, perante os seus bens ou condições que usufruem.

No caso da Plataforma do Choupal, a ameaça é identificada em concreto e em comum. Trata-se de uma ameaça objetiva que é a construção do viaduto. Já os riscos associados a esta obra se inserem em diversas dimensões. Uma dimensão política, relacionada com a percepção de uma democracia em risco, associada à falta de transparência dos procedimentos políticos (como a declaração de impacto ambiental) e com a gestão de fundos públicos e do território, que levam à descredibilização do próprio sistema democrático. Uma dimensão ambiental relacionada com os impactos sobre a mata do Choupal e sobre o rio Mondego. Uma dimensão do planeamento territorial e da mobilidade no espaço urbano, associada à qualidade de vida dos residentes na cidade e dos seus visitantes.

Os testemunhos dos actores, recolhidos em entrevista, ilustram da seguinte forma a percepção da ameaça pelos elementos do movimento:

Para mim é assim, qualquer intervenção no Choupal, aliás como podia ser na cidade inteira, ou é para fazer alguma coisa de jeito ou então mais vale estar quieto [...] (Entrevista semi-estruturada nº4)

A mim o projecto do viaduto causa alguma repulsa, porque nós temos assistido, de alguns anos a esta parte, a um delapidar da área florestal do Choupal. [...] a génese da Plataforma é indiscutivelmente o viaduto, não é?

(Entrevista semi-estruturada nº3)

Eu penso que o que une as pessoas da plataforma do Choupal é, acima de tudo, a defesa da Mata Nacional do Choupal. Acho que as pessoas que estão nesta luta, estão, porque de facto se opõem a que o IC2 passe no território.

(Entrevista semi-estruturada nº2)

A população tem toda a razão para estar preocupada, é um atentado gravíssimo, mais do que a que a questão física, é um atentado à identidade.

(Entrevista exploratória nº2)

Como se observa, a mesma ameaça é identificada por todos os actores. Dão-se nuances na representação da mesma, atribuindo-lhe sentimentos, valores e orientações distintas, que se complementam, mas que alinham a ação de cada sujeito. Encontra-se na «ameaça», na sua percepção e identificação, um denominador comum que não se encontra no «interesse» nem no «conflito» que envolvem a ação coletiva.

Com efeito, a ação colectiva não é somente um grupo de pessoas que partilha de um interesse comum. O despoletar da ação dá-se pela força da ameaça à privação do consumo, ou usufruto, de um bem público do qual se esperava continuar a usufruir. Por isso os momentos de crise e os regimes autoritários são climas geradores de ação coletiva de carácter reativo e defensivo – defendem e reclamam direitos “face a violações e ameaças exteriores” (Monteiro, 2004: 121). Contudo, atualmente torna-se mais frequente a ação coletiva proativa ou ofensiva, que “visa a exigência de novos direitos e a inclusão social na estruturas que controlam os recursos a nível nacional” (*idem*).

A ameaça surge assim como o factor que impele um grupo a agir. E é da energia gasta na compreensão de uma ameaça concreta que se dá a ação. Pode-se entender que a ação coletiva (AC) é o resultado da soma entre o interesse» (I) e a energia (E) do grupo, vezes a percepção, concreta, que o grupo tem da ameaça (pA). Veja-se então uma fórmula que simplifica a compreensão do fenómeno:

$$AC = I + E \times pA.$$

A esta dinâmica proporcionada pela ameaça atribui-se o sentido ascendente, pois a ameaça aqui é construtora e *manutentora* de (que mantém) ação coletiva.

O oposto também sucede. Isto é, quanto menor ou mais esbatida se tornar a percepção da ameaça (relacionada com a percepção do risco) menor interesse terão os sujeitos na ação (menor condição de ator social) e maior será a desmobilização do coletivo perante a ação. Atribui-se a esta dinâmica o sentido descendente, porque a ameaça é, neste caso, desmobilizadora de ação coletiva.

O caso da Plataforma do Choupal ilustra ambas as situações. A percepção da ameaça é concreta, embora a percepção do risco da ameaça se encontre num campo mais aberto de interpretações. Por sua vez, a motivação que cada sujeito tem em integrar o grupo, e em participar na ação, está dependente do interesse pessoal.

Conclui-se que: O valor emocional que uma ameaça acarreta compromete o sujeito com a ação, e ameaça compreende uma «força» desencadeadora.

#### **4.1. A proposta metodológica centrada na animação sociocultural**

A proposta metodológica que se apresenta em resposta às questões anteriormente enunciadas centra-se na ideia de que para a ação coletiva se perpetuar e ser portadora de novas formas de *governança* é necessário conferir às ações coletivas pontuais uma maior eficiência. Como demonstrado pelo exemplo da plataforma Salvem El Cabanyal, a estrutura e a liderança são fatores essenciais.

Acrescentam-se, aqui, outros fatores como o conhecimento e o domínio de técnicas de: processos participativos; mobilização de recursos; diagnóstico e planeamento participado; gestão de projetos; capacitação para o desenvolvimento; educação não formal.

Assim, a proposta metodológica assenta numa metodologia social que surgiu durante as décadas de sessenta e de setenta do século XX, no seguimento das crises de “identidade urbana, à descida da qualidade de vida e à atonia social” (Vallicrosa *in* Trilla, 2005: 171), num contexto não muito diferente do que caracteriza o caso da Plataforma do Choupal. Também por isso surgiram movimentos sociais de contestação ao paradigma de desenvolvimento de onde resultavam as situações anteriores, e que preconizava modelos de decisão «*Top-Down*», que, apesar dos problemas, não permitia a participação das populações.

De entre as influências da «pedagogia do oprimido» de Paulo Freire e da «descolarização» de Ivan Illich, entre outras de teor ideológico, surgiu a «animação sociocultural».

Em Portugal considera-se que a animação sociocultural (ASC), enquanto metodologia consciente de si mesma<sup>15</sup>, nasceu após o 25 de Abril de 1974, com os movimentos sociais característicos desta conjuntura histórica, “quer associada a movimentos sociais quer a instituições” (Lopes, 2005: 135).

---

<sup>15</sup> Afirma-se, entre os estudiosos da animação sociocultural que ela existe desde sempre e que é imprecisa a identificação de uma origem concreta. (Lopes, 2006: 135) Por vários motivos que se prendem com o surgimento do próprio conceito de animação sociocultural, consideram-se as décadas de 60 e 70 do século XX como o berço do que atualmente é a animação sociocultural. Marcelino Sousa Lopes, animador sociocultural português tem publicada uma obra com o título *Animação sociocultural em Portugal* muito completa sobre a animação sociocultural em Portugal, com base na sua tese de doutoramento. Aqui se apresentam inúmeros testemunhos e análise de documentação da história da animação sociocultural no nosso país.

Para compreender a singularidade da animação sociocultural, quando comparada com outras metodologias de intervenção social, interessa extrair o sentido da sua epistemologia. Pois ela é orientadora da sua ação e, principalmente, da sua capacidade de militância. O conceito é formado pela palavra latina «alma», no sentido de «dar vida» e «ânimo» isto é, de animar ou de incitar à ação. Na conjugação das palavras social e cultural, encontram-se as dimensões da ação à qual se deve dar ânimo. As pessoas, ou destinatários, os seus contextos culturais e a sua produção cultural (valores, tradições, costumes, técnicas, normas, etc) (Trilla, 2005: 20).

Jaume Trilla, Professor catedrático da universidade de Barcelona, especialista e autor de referência nas temáticas da educação, apresenta uma proposta de definição que envolve diversos espectros da animação sociocultural e permite compreender o seu conceito:

O conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade (ou num setor do mesmo), e dentro do âmbito de um território concreto, com objetivo principal de promover nos seus membros uma atitude de participação ativa no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural (idem: 26)

Interessa também dar a compreender a animação sociocultural como um técnica ou uma “estratégia de intervenção que trabalha para um determinado modelo de desenvolvimento comunitário” (Garica *in* idem: 293). Como técnica, a animação sociocultural orienta-se por uma estrutura básica composta por: sujeito com função ativadora (animador); Uma ação, ou um conjunto de práticas com a função dinamizadora de transformação de uma realidade; um destinatário, que poderá ser um coletivo, um grupo ou uma comunidade sobre o qual recai a intervenção, com a função reativa (Ventosa, 2002: 22).

A animação sociocultural e os animadores, e animadoras, socioculturais são sujeitos habilitados a desenvolver processos de aprendizagem e educação não formal, processos participativos, animação de assembleias comunitárias, gestão de recursos (humanos, materiais e financeiros), gestão e coordenação de projetos sociais, culturais, educativos e de desenvolvimento local e atividades diversas, desde o âmbito cultural ao desportivo, passando pela organização e eventos e de mercados de economias alternativas, por exemplo.

As necessidades de movimentos cívicos como a Plataforma do Choupal, centradas na estruturação das atividades, na liderança de processos participativos, na mobilização de recursos e na construção de parcerias, podem ter resposta através da ação de animadores e animadoras que ali colaborem, numa vertente profissional, técnica mas também «militante».

Como se referiu acima, a animação sociocultural é uma técnica, uma estratégia. Mas é também uma metodologia assente numa ideologia e num espírito de militância que lhe confere um lugar entre os movimentos cívicos, de onde ela também emergiu.

Os profissionais de animação compreendem as necessidades do terreno dos movimentos cívicos porque são capazes de realizar um diagnóstico a partir do qual mobilizam

outros sujeitos (destinatários, segundo Ventosa, ou participantes numa terminologia mais participativa) a fim de delinear as «árvores de problemas», elaborar o planeamento de estratégias, a definição de objetivos, a execução e a avaliação das atividades, de forma participada, absorvidos também num clima de militância e de defesa de causas às quais, por inerência da formação e do perfil pessoal, são, ou devem ser, sensíveis.

A animação sociocultural assenta num modelo de intervenção cujo resultado deverá ser, entre outros aspetos, a continuidade da ação coletiva, a perseverança na procura de um lugar de participação na *governança* dos territórios, como no caso da cidade de Coimbra, para resolução de problemas que concernem aos seus habitantes.

Para que esta complementaridade resulte, não só é necessário que os movimentos cívicos abram formalmente as portas à contribuição metodológica da animação sociocultural, como é também necessário um reforço, adequação ou reformulação da formação escolar e académica da animação sociocultural, em Portugal, orientando-a, de novo, para a sua vertente militante, ideológica e, sobretudo, de construção de uma mudança social. A formação deve ser fundada na formação pessoal de cada «aprendiz» de animação, e na aquisição de um conjunto de saberes e de formas de olhar o mundo, as realidades nas quais se vai intervir, trabalhando «com» as pessoas, e não «para» as pessoas. No âmbito da formação em ASC poderão ser pensadas parcerias entre os estabelecimentos de ensino e movimentos cívicos promotores de ação coletiva, no sentido de se integrarem, cada vez mais cedo nas realidades de ambos.

Atualmente a formação em animação sociocultural contempla o ensino secundário, técnico-profissional e superior. Existem em Portugal cerca de catorze estabelecimentos de ensino superior com formação em animação sociocultural. Se por um lado é um indicador do reconhecimento que esta disciplina tem tido ao longo de quarenta anos, por outro é um problema que parece ter sido agravado pela adaptação do processo de Bolonha ao ensino português.

Um dos problemas desta «abertura selvagem» de cursos de ASC é a multiplicidade de termos utilizados nos títulos dos cursos da formação superior no campo da animação sociocultural, que lhe retiram clareza e reconhecimento por parte das instituições, e lhe confundem o enfoque da intervenção, desvirtuando a correta formação em ASC. O maior perigo que daqui decorre é a fragmentação identitária da animação sociocultural que lhe poderá comprometer o futuro, quando se atravessa uma era em que a intervenção deveria ser mais útil e mais procurada.

Por isso, a formação em animação sociocultural deve contemplar uma visão militante da ação social e da importância da participação cidadã, para além da dimensão técnica que lhe assiste atualmente. Sem esta dimensão da formação os, e as, atuais animadores, e animadoras, tornam-se somente peças de um puzzle técnico, manobrado por vontades, interesses e ignorâncias institucionais ou políticas, num mar aberto, à deriva, sem que a sua ação surta qualquer efeito.



O encontro de novos contextos de ação da animação sociocultural poderá restituir a credibilidade que esta metodologia teve nas décadas em que se criou e desenvolveu, quando, paradoxalmente, era menor o seu reconhecimento.

Novos contextos trazem também novos conhecimentos. A tese que aqui se apresenta – a «ameaça» como fator fundamental da gênese e da continuidade da ação coletiva – deve ser tida em conta, assim como a fórmula que lhe assiste, de forma a possibilitar a manutenção da ação coletiva no sentido da evolução e sua consagração como movimento social. Trata-se de um instrumento de desencadeamento da participação cidadã que poderá ser utilizado profissionalmente, em conjunto com diversas outras ferramentas da animação sociocultural.

A procura de novos contextos de intervenção leva, curiosamente, ao encontro dos primeiros «campos de batalha» da animação sociocultural. A exigência da participação, o desenvolvimento de base local e a militância em causas de reação à hegemonia de políticas arcaicas e inadequadas de *governança*. Citando Américo Nunes Peres e Marcelino Sousa Lopes, as novas propostas para a animação sociocultural são, “No final de contas, velhas utopias em novos contextos” (Peres, 2007: 13).



## CONCLUSÃO

O estudo de caso abordado ao longo deste trabalho acompanhou o desenvolvimento de um grupo de pessoas no empreender de uma ação que é, para elas, simples, emocional, mesmo que racional, e à qual a sociologia chama de ação coletiva. Afinal, um conjunto de pessoas unidas por interesses comuns que toma a iniciativa de agir em defesa ou na reivindicação de bens que lhes são devidos. A simplicidade das «coisas» é, por vezes, ofuscada pela necessidade de explicar, estudar, pesquisar, inovar e conceptualizar em torno de práticas e de ações que, já por si, existem.

Pelos meandros destes tempos de descoberta, inovação, estudo, exposição, e de trabalho, para que todos os dias se construa algo de novo, de diferente, dão-se fenómenos maravilhosamente simples que nos permitem viver assim sem sequer nos darmos conta. Aliás, sem sequer nos esforçarmos para que esses processos nos mantenham vivos.

Nas pessoas, são os pulmões que inspiram e expiram, o coração que bombeia o sangue para o corpo, e todos os outros órgãos que, num sistema impressionante, nos mantém, a nós, seres humanos, vivos para as nossas tarefas, e para agir. A ação é também ela simples e condição *sine quo non* da existência e sobrevivência humana.

Na «natureza», das plantas, e do Choupal, há um pigmento mágico que se responsabiliza, numa «ação coletiva» com outros elementos, por nos produzir parte do ar que respiramos com os nossos pulmões, e que precisamos para as nossas ações, num impressionante processo denominado «fotossíntese». A Clorofila capta energia solar e transforma o dióxido de carbono e água em oxigénio. Esta espantosa ação de transformação, contínua, ocorre sem que qualquer ser humano se dê conta. No entanto, dela usufrui.

Ao mesmo tempo, junto ao Choupal reconstrói-se, agora, a atual ponte da IC2 sobre o rio Mondego, enquanto o processo da nova travessia em viaduto sobre a mata não avança. Dão-se também transformações químicas com a utilização de produtos vários e derivados do petróleo, tão valorizada matéria morta e fossilizada. Naquela ponte, como numa próxima travessia que se construa sobre o Choupal, são deitadas toneladas de produtos químicos responsáveis pela durabilidade e conforto que exigem, para as suas deslocações, os seres humanos às vias rodoviárias, e a quem as administra.

O asfalto, betume composto de diversos componentes entre as quais resíduos da destilação, a vácuo, do petróleo, permite às pessoas deslocarem-se das cidades para o campo. Das casas onde habitam na periferia de grandes centros urbanos, para as casas dos familiares em pequenas aldeias, encontrando-se entre valores que orientam práticas de desenvolvimento distintas.

O verde natural das árvores tem o encanto que lhe procuram as pessoas nos dias quentes de verão. O cinzento negro do asfalto queima, nesses dias acalorados. O conflito que aqui se perpetua reside na necessidade que a humanidade tem de inovar, e de encontrar formas cada vez mais eficientes de se confortar, de viver, de sobreviver e de se relacionar. As estradas e as pontes são para isso.

Mas a humanidade também tem necessidade de se manter em contacto com elementos da natureza, de respirar ar que não seja prejudicial, e de utilizar estes espaços para lazer ou atividades económicas.

A «lei do mais forte» tem resolvido este conflito da forma que interesse mais a quem mais poder tem. Daí, também, o desinteresse das populações perante a política, no caso português, e um pouco generalizado pelo mundo ocidental. Por isso se «cantava» na introdução deste trabalho “they don’t think for us”, refletindo o que as pessoas sentem da forma como são governadas e como não são chamadas a participar. E se participam, sujeitam-se a não o poder fazer.

A ação coletiva, enquanto ação promovida por diversos atores sociais, e a animação sociocultural enquanto processo, promovido por profissionais «militantes», trazem um conjunto de potencialidades de novas formas de participar na gestão dos processos locais, na resolução do problemas que às populações diz respeito e, sobretudo, na construção da mudança social e na produção da Historicidade.

Se a História se faz, um pouco todos os dias, as ações que agora se realizam, são, já por si, produção de História. No entanto, o que fica para a História são as grandes transformações, derivadas, muitas vezes, de um rasgar o padrão dominante, ousando uma nova forma de fazer.

É isso que se pretende com a participação e com a ação coletiva. A tentativa de um caminho político que passe pela participação, experimentando novos trajetos e antigas aprendizagens. A participação, ao nível local, possibilita o confronto de ideias, face-a-face, comprometendo as pessoas nas atividades de melhoramento dos territórios e encetando um processo em que todos os atores se conheçam e possam, assim compreender as razões diversas que assistem um só problema, como a travessia da IC2 sobre o Choupal.

Trata-se de soluções revestidas de simplicidade, não envolvendo mais do que uma das mais básicas funções da humanidade – a comunicação. Simplicidade maior do que os processos de extração e de transformação do petróleo e do que a construção de pontes; ou do que a fotossíntese que emana oxigénio no ar.

Simplicidade maior do que a clorofila ao dar ilusão do verde, da esperança, num arejamento das velhas para as novas ideias. Uma coexistência de necessidades, entre asfalto e clorofila, deixando prevalecer um modelo integrado de desenvolvimento, centrado nas pessoas, na qualidade de vida, na compreensão dos contextos territoriais, sociais, culturais e psicológicos. Um modelo que, conforme Roque Amaro, permita um verdadeiro «desenvolvimento» como “libertação dos «invólucros», «envolvimentos» [...] que impedem a libertação e a realização das sementes e das potencialidades «embrulhadas» nos indivíduos, nos grupos sociais e nas sociedades». (Amaro, 2004: 66).

Nesta imagem, o desenvolvimento é o resultado da congregação das energias animadoras e pensantes de cada pessoa, e das suas potencialidades, que com a colaboração

de outras se mobilizam mutuamente para a ação participativa e não dominadora nem dominada.

Contudo, a imagem de simplicidade relativa aos processos que a natureza garante não equilibra a complexidade dos processos sociais, como a ação coletiva. São dinâmicas condicionadas pelas vontades humanas que se deslocam com o ventar de interesses ou mesmo de negligências em função de interesses nenhuns.

As políticas de gestão do território e as instâncias que detêm o poder de decisão sobre as mesmas movem-se na mesma dinâmica de interesses que se movem os estabelecimentos de ensino que administram aos cursos de animação sociocultural, e de outras técnicas da intervenção sociais.

Quer isto dizer que, apesar das energias confrontadoras dos interesses instalados, torna-se quase impossível adequar os discursos «politicamente corretos» da educação e da participação às práticas que os contextos permite. Atualmente, ofuscados pelo pânico mudo da «crise», técnicos e profissionais desenvolvem as suas tarefas sem olhar crítico sobre o que os rodeia. Educadores concentram-se na instrução de técnicas, enquanto os, e as, estudantes se focam obstinadamente na consecução de objetivos competitivos e individualistas.

O interesse dos sujeitos é permanecer na sua condição, usufruindo dos seus bens, enquanto estes lhes proporcionam a sensação de liberdade e alegria. A ameaça comporta o risco de se perder o que se detém, acrescentando mais «emocionalidade» do que «racionalidade» à ação coletiva.

A relação entre o sujeito consumidor e o sujeito produtor de sociedade não se apresenta, afinal, evolutiva mas sim complementar. Pois a ação coletiva dá-se pela defesa do usufruto dos bens e das condições. Num grupo, a ameaça perante os bens é identificada comumente, o que não acontece com o «interesse», pois este é pessoal, subjetivo e orientado para a percepção individual do risco.

Os sujeitos agem, afinal, movidos por um misto de razão e de emoção, prendendo-se, muitas vezes, à condição atual. Assim o fazem os técnicos de planeamento urbanístico que parecem compactuar com as decisões políticas sobre o território; assim agem políticos e também professores e, um pouco por todos os setores profissionais, e no seio da sociedade civil, os sujeitos agrupam-se na defesa de interesse que são, muitas vezes, mais orientados para a preservação da sua cultura do que para a mudança social.

A ação coletiva poderá não conduzir sempre à produção de mudança social. Mas também o poderá fazer. Por mais que se tente aprisionar a «ação coletiva», ela acontece por si, por acontecimentos desencadeadores, pelos interesses de uns e pela força da ameaça contra um todo.

A hipótese lançada nesta tese repousa na relação entre a ameaça e a ação coletiva, conferindo à ameaça um valor emocional e uma «força» desencadeadora de ação. Assim, quanto maior a força da ameaça, maior é a mobilização de recursos para a ação coletiva. Com isto, duas questões se colocam: Bastará a ação coletiva, pontual, espontânea, para produzir

mudança? E, não serão as ameaças suficientemente fortes para que uma importante ação coletiva se levante, neste momento?

Mais uma vez, dois fatores respondem na forma mais descontraída da sua natureza: a racionalidade e a emocionalidade. Mais uma vez um conflito. Um asfalto negro estático sobre o chão e um verde de esperança, que se agita no céu.

Caso também para perguntar, quem sairá vencedor no caso do Choupal?

Lisboa e Coimbra, outubro 2011

## Referências Bibliográficas

Amaro, Rogério R. (2004), "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria", *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 4, pp: 36-69

Anon (2009), *Plano Prévio de Intervenção em Incêndios Rurais*, ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Coimbra.

Anon (2011), *Plano de Gestão Florestal e de Utilização Pública da Mata Nacional do Choupal*, ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Coimbra.

Arendt, Hanna (2001), *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio de Água.

Fragoso, António e Paula Guimarães (2005) "Desenvolvimento Participativo – uma sugestão de reformulação conceptual", *Revista Portuguesa de Educação*, vol.18 001, Universidade do Minho, 23-51.

Guerra, Isabel Carvalho (2000), "O Planeamento Estratégico das Cidades – organização do espaço e acção colectiva", *Revista Cidades e Territórios*, 1, dezembro 2000, pp 37-55.

Guerra, Isabel Carvalho (2006a), *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*, Estoril, Editora Principia.

Guerra, Isabel Carvalho (2006b) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e Formas de Uso*, Estoril, Principia.

Guerra, Isabel Carvalho (2007), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*, Estoril, Principia.

Guerra, Isabel Carvalho (2010), "Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, dezembro 2010, pp: 121-134.

Lammerink, Mark; Peter Bury e Eveline Bolt (1999) "An introduction to Participatory Action Development", *PLA Notes*, Issue 35, IIED, pp.29-33.

Lopes, Marcelino Sousa (2006), *Animação Sociocultural em Portugal*, Chaves, Associação Intervenção.

Monteiro, Alcides A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.

Monteiro, Alcides A. (s.a) "O Que as Move? Ensaio sobre a Tipologia das Iniciativas de Desenvolvimento Local (idl's) e as suas Orientações na/para a Acção", *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, (s.a), pp: 1-12.

Olson, Mancur (1998) *A lógica da Acção Colectiva – Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.

Pardo, Mercedes (2002) *Sociologie et risque: nouveaux éclairages sur les facteurs sociaux et la participation*, MANA – *Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, 10-11, pp 285-305.

Parsons, Talcott e Edward A. Shils (2007) *Towards a General Theory of Action – theoretical foundations for the social sciences*, New Brunswick e Londres, Transaction Publishers.

Peres, Américo Nunes e Marcelino Sousa Lopes (coord.), (2007), *Animação Sociocultural – Novos Desafios*, (s.l.), APAP.

Rebelo, Fernando (2003), *Riscos Naturais e Acção Antrópica: estudos e reflexões*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Trilla, Jaume (2005), *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*, Col. Horizontes Pedagógicos, Lisboa, Instituto Piaget.

Touraine, Alain (1996) *O Retorno do Actor – Ensaio Sobre Sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget.

Ventosa, Víctor, J. (2002), *Fuentes de la Animación Sociocultural en Europa*, Col. Escuela de Animación, Madrid, Editorial CCS.

Sítios da Internet:

Blog SOS Choupal: <http://soschoupal.blogspot.com/> (acedido em fevereiro 2010).

Sítio da Estradas de Portugal, S.A.: <http://www.estradasdeportugal.pt/index.php/pt/a-empresa> (acedido em setembro 2011).

Sítio do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: <http://www.directorio.moptc.pt/indexb.asp?detalhe=59&opcao=1> (acedido em setembro 2011).

Sítio da Plataforma do Choupal: [www.plataformadochoupal.org](http://www.plataformadochoupal.org) (acedido em janeiro 2010).

Sítio da Plataforma Salvem El Cabanyal: [www.cabanyal.com](http://www.cabanyal.com) (acedido em setembro 2011)

Sítio da Wikipedia, com informação relativa à IC2 <http://pt.wikipedia.org/wiki/IC2> (acedido em agosto 2011).